

SABER

Cooperar

A revista do cooperativismo

Ano XIV – Nº 29 // JAN/FEV/MAR 2020



Sistema**OCB**
CNCOP - OCB - SESCOOP

Cooperação é remédio

Especial

Cooperativas unidas no
combate ao coronavírus

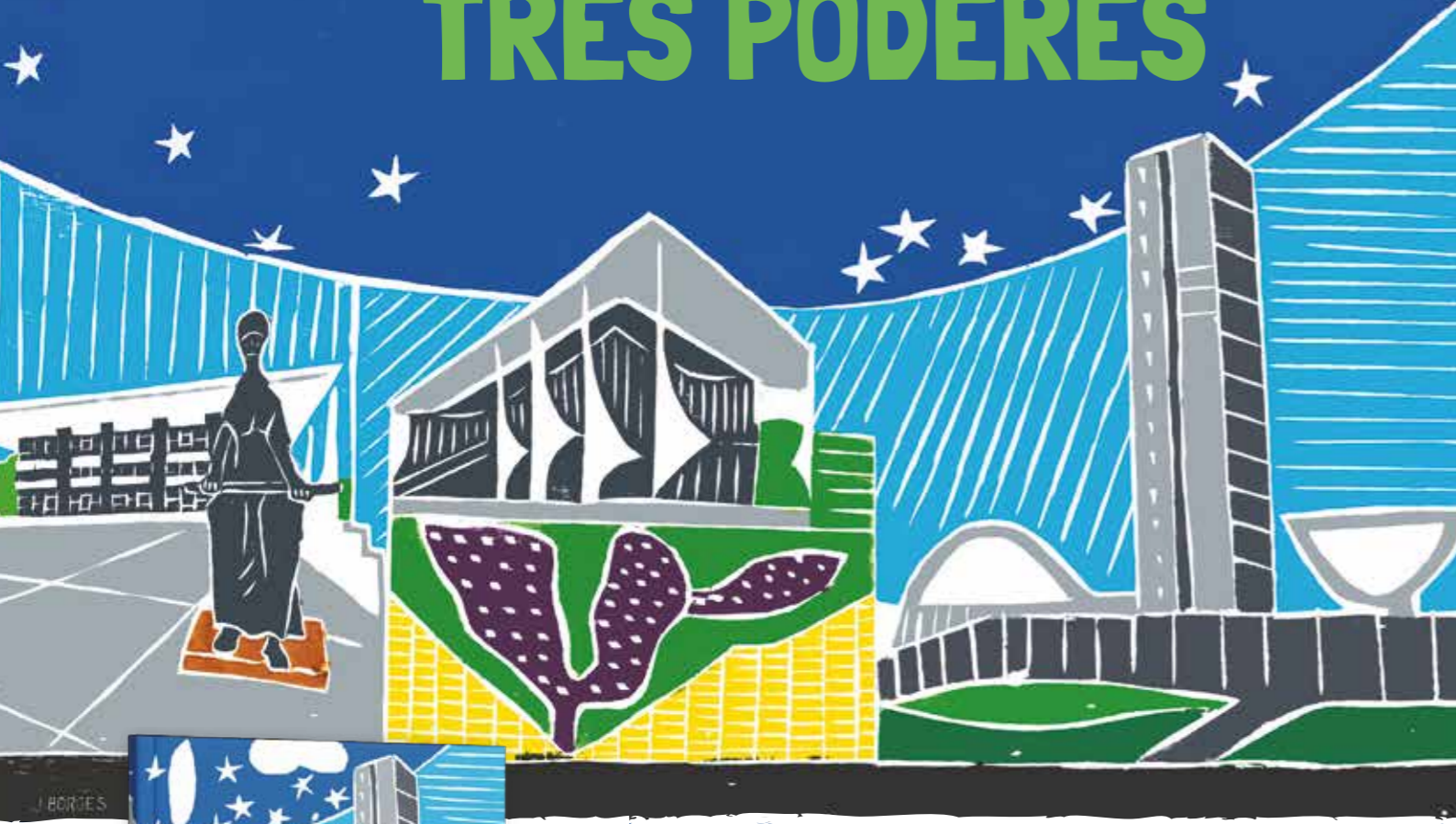
Três Poderes

Fique por dentro da
Reforma Tributária

Equidade

Queremos mais mulheres
no cooperativismo

O COOPERATIVISMO NA AGENDA DOS TRÊS PODERES



A OCB acompanha de perto tudo o que está em pauta no Congresso Nacional, as ações do Poder Executivo e o que acontece nos tribunais brasileiros. E você consegue acompanhar tudo isso também, em tempo real, na Agenda Institucional do Cooperativismo - publicação que reúne as principais demandas do setor.

ACESSE AGORA MESMO!



www.agendainstitucional.coop.br

 SistemaOCB

@sistemaocb |  |  |  | 

Números
desta edição

23 cooperativas
citadas de

12 estados
brasileiros das

5 regiões do Brasil.
Juntas, elas representam

6 dos 7 ramos
do cooperativismo:

- Agropecuário
- Consumo
- Crédito
- Saúde
- Trabalho, Produção de Bens e Serviços
- Transporte

COMO ACESSAR OS
RECURSOS MULTIMÍDIA



Tendo o aplicativo de QR Code instalado em seu celular, basta abri-lo e direcionar a câmera do aparelho em direção ao código. Escaneie e espere o aplicativo direcioná-lo para o conteúdo.

UM NOVO momento

Amigo cooperativista,

É tempo de se reinventar. A Covid-19 nos fez acelerar várias mudanças que discutíamos há tempos, aqui na Casa do Cooperativismo. Uma delas era a migração da revista **Saber Cooperar** para a internet, a fim de ampliar o alcance das histórias de cooperação que contamos nesta publicação. Com as mudanças impostas pela pandemia, aceleramos esse processo de digitalização e divulgaremos todas as reportagens desta edição no site www.somos.coop.br, no link "Nossas Histórias". Assim, garantiremos que nossas cooperativas fiquem muito bem informadas sobre tudo o que está acontecendo no cooperativismo, no Brasil e no mundo.

Como não poderia deixar de ser, nossa equipe produziu um especial sobre como nossas cooperativas estão se mobilizando para ajudar a conter a disseminação do coronavírus. Também mostramos que intensificamos as ações de representação política junto aos Três Poderes para garantir que nossas associadas fiquem bem assistidas neste momento de crise. Durante a apuração, constatamos um fato importante: nunca se falou tanto em cooperação. Líderes de todo o mundo, pesquisadores e chefes de governo apontam a cooperação entre pessoas e povos como o único caminho possível para superar esta pandemia.

Também apresentamos para você um pouco do que o movimento cooperativista tem feito para

umentar a participação feminina em cargos de liderança e gestão em toda a América Latina. Queremos, sim, mais mulheres ocupando os conselhos, a presidência e a diretoria das nossas cooperativas. Afinal, elas têm um olhar mais humanizado dos negócios e um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável da comunidade à qual pertencem. Se encontrarem no cooperativismo uma oportunidade de crescer profissionalmente, certamente elas ajudarão a alavancar os resultados e o reconhecimento do nosso movimento.

Por fim, esta edição mostra que as cooperativas brasileiras estão cada vez mais próximas do ecossistema da inovação. A reportagem **Parcerias Inovadora** apresenta projetos e produtos construídos pela união de expertise das nossas cooperativas com as chamadas *startups* — jovens empresas com grande potencial de escalabilidade de resultados. O resultado dessa troca de conhecimentos é extremamente positiva para ambas as partes: além de gerar novos negócios, as cooperativas conseguem modernizar sua imagem e atrair novos talentos. Já as *startups* ampliam sua base de clientes e entram em contato com um modelo de negócio que aplica — com sucesso — boas práticas da economia colaborativa e sustentável há mais de um século.

Um forte abraço e boa leitura!

Márcio Lopes de Freitas
Presidente do Sistema OCB

**SESCOOP
CONSELHO NACIONAL**

• Márcio Lopes de Freitas – presidente

REPRESENTANTES OCB

Região Centro-Oeste

• Celso Ramos Régis – titular
• Remy Gorga Neto – suplente

Regiões Norte e Nordeste

• Ricardo Benedito Khouri – titular
• Malaquias Ancelmo de Oliveira – suplente

Região Sudeste

• Ronaldo Ernesto Scucato – titular
• Carlos André Santos de Oliveira – suplente

Região Sul

• Luiz Vicente Suzin – titular
• Leonardo Boesche – suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

• João Edilson de Oliveira – titular
• Luíza Fonseca Leite Pina – suplente

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• Najara Flauzino Ferro – titular

Ministério da Economia

• Alberto Alves Silva de Oliveira – titular
• Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho – suplente
• Dênio Aparecido Ramos – titular
• Alex Pereira Freitas – suplente
• Thais Barboza de Souza – titular
• Roberta Carolina Rios Bosco Soares – suplente
• Carlos Felipe Alencastro F. de Carvalho – titular
• Joel Amaral Júnior – suplente

**CONSELHO FISCAL DO SESCOOP
REPRESENTANTES DA OCB**

• José Arilo Carneiro Pereira – titular
• André Pacelli Bezerra Viana – titular
• Ary Célio de Oliveira – suplente
• Jeferson Adonias Smaniotto – suplente

Conselheiros representantes dos empregados em cooperativas

• Evaristo Lunz Gomes – titular

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• Paula Lobo Ferreira de Assis – titular
• Thiago Vinícius Pinheiro da Silva – suplente

Ministério da Economia

• Ricardo da Costa Nunes – titular
• Luciana Maria Rocha Moreira – suplente
• Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro – titular
• Rogério Nagamine Costanzi – suplente

SISTEMA OCB

No Brasil, o movimento cooperativista é representado oficialmente pelo Sistema OCB, composto por três entidades complementares entre si:

- ✓ **Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop)** – órgão de representação sindical das cooperativas, composto também por federações e sindicatos.
- ✓ **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** – entidade representativa do cooperativismo no país, responsável pela promoção, pelo fomento e pela defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior.
- ✓ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)** – integrante do Sistema S, responsável pela formação profissional, pela promoção social e pelo monitoramento das cooperativas.



A revista *Saber Cooperar* é uma publicação do Sistema OCB, realizada com recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e distribuída gratuitamente em todo o Brasil.

Gerente de Comunicação:

Daniela Lemke

Conselho Editorial:

Fernando Ripari, Juliana Gomes de Carvalho, Karla Oliveira, Malaquias Ancelmo de Oliveira, Maria José de Andrade Leão, Renato Nobile, Rosana Vargas, Samuel Zanello Milléo Filho e Tânia Zanella

Jornalista responsável: Gisele James

Colaboração: Gabriela Prado, Aurélio Prado, Ana Suelen Troiano e Iago Carvalho

Projeto editorial: Farol Conteúdo Inteligente

Edição: Guaira Flor

Projeto gráfico: Chica Magalhães

Diagramação: Vanessa Farias Kassabian

Reportagens: Alessandro Mendes, Débora Brito, Felipe Teixeira, Guaira Flor, Lilian Beraldo, Paula Andrade e Tcherena Guimarães

Ilustrações: Kleber Sales

Revisão: Luciana Pereira

Impressão: Mais Soluções Gráficas Eireli ME

Tiragem: 12 mil exemplares

Sistema OCB: Setor de Autarquias Sul – SAUS Qd. 4 Bl. "I"
CEP 70070-936 – Brasília-DF (Brasil) – Telefone: +55 (61) 3217-2119
E-mail: revistasabercooperar@sescoop.coop.br



6
Acontece
NOTÍCIAS NA PALMA DA MÃO



De olho no mercado
28
VIDA QUE SEGUE

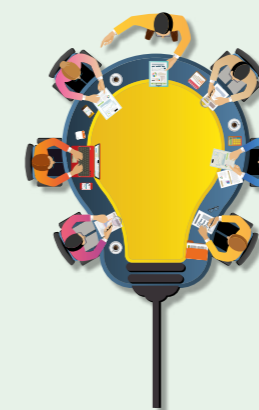


44
Especial
PONTO A PONTO

NESTA
Edição



Entrevista
8
JUNTOS PELO FIM DA POBREZA



Inovação
34
PARCERIAS INOVADORAS

Cooperativas e Coronavírus
58
COOPERAÇÃO É REMÉDIO EFICAZ CONTRA O CORONAVÍRUS

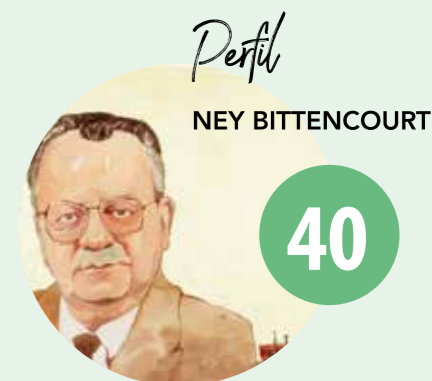


Três Poderes
REFORMA TRIBUTÁRIA MERECE ATENÇÃO

14



20
Conexão internacional
LUGAR DE MULHER É NO COOPERATIVISMO



Perfil
40
NEY BITTENCOURT



Artigo
65
ROBERTO RODRIGUES

Conheça Alice, assistente virtual do SICOOB

Negra, de cabelos cacheados e voz acolhedora. Assim é Alice, assistente virtual de atendimento do Sicoob — inteligência artificial desenvolvida para responder as principais dúvidas dos clientes do app Sicoob. Ao criar uma imagem para Alice, o Sicoob apostou na humanização do atendimento, um dos principais diferenciais da cooperativa. Vale destacar: o nome Alice foi escolhido a dedo para homenagear a primeira mulher a fundar uma cooperativa, ainda em 1883. Seu nome era Alice Acland, uma das fundadoras da Aliança Cooperativa para Mulheres, da Escócia.



Coopera Brasil

Para estimular a intercooperação e o comércio entre cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) antecipou o lançamento do site Coopera Brasil — plataforma criada para reunir produtos e serviços desenvolvidos por cooperativas de todo o Brasil. O objetivo é estimular novos negócios para ajudar nossas associadas a enfrentar o atual momento de crise. Lançada em abril, a plataforma já conta com mais de 100 cooperativas cadastradas. Participar é fácil: basta acessar o site cooperabrasil.coop.br e preencher o formulário de adesão. Faça parte desta rede!

Ajuda bem-vinda

Solidariedade tem tudo a ver com o jeito cooperativista de fazer negócios. Justamente por isso, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial doou uma tonelada de alimentos e 500 litros de álcool 70° para as comunidades carentes e hospitais de Maringá, Londrina e vários outros municípios situados nas regiões atendidas pela cooperativa, nos estados do Paraná, de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Desde o início da pandemia, a cooperativa adquiriu e fez a entrega de equipamentos hospitalares, e doou tecidos elaborados com seus fios ecológicos para a confecção de lençóis e fronhas destinados a hospitais. No momento, a Cocamar participa de uma ação com outras seis cooperativas de Maringá para a produção de 20 mil máscaras, que estão sendo entregues para quem mais precisa. Parabéns pela iniciativa!



EaD Cooperativo

Já está na ar o CapacitaCoop, plataforma de educação a distância do Sistema OCB. Desenvolvida com base nas experiências já existentes em algumas unidades estaduais, a plataforma reúne cursos e vídeos para aprendizagem em diversos temas relacionados ao nosso movimento. Entre eles: governança cooperativa, modelos de excelência de gestão e assembleia geral na prática.

Durante o lançamento, realizado por videoconferência, o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, reforçou a importância da ferramenta neste período de isolamento social. “Vivemos um momento de incertezas, e isso pode significar bons desafios. O momento nos fez acelerar alguns processos importantes, como o do EaD. Estávamos prevendo o nosso para o segundo semestre, mas, com a crise advinda da pandemia, tomamos a decisão de acelerar esse processo e disponibilizar o serviço o mais rápido possível”, comentou o dirigente.

O CapacitaCoop está disponível para qualquer pessoa interessada em cooperativismo. Basta acessar o endereço capacita.coop.br.



Apoio estratégico para você

Você sabia que, mesmo em meio à crise financeira causada pelo coronavírus, é possível manter e até aumentar suas vendas? Usando a criatividade e com baixo investimento, você pode ter uma loja virtual e contornar os efeitos econômicos da pandemia. Esse é o assunto do terceiro e-book da série Inovação na crise: Como vender pela internet. O material mostra que a saída para grandes problemas na comercialização dos produtos e serviços de cooperativas pode estar no mundo virtual. Faça agora mesmo o download gratuito deste e dos outros e-books lançados pelo Sistema OCB.



Como vender
pela internet



Marketing Digital
em Momentos de Crise



Como Criar
Aulas On-line



Juntos

PELO FIM DA POBREZA



ILUSTRAÇÃO: KLEBER SALES

ONU E SISTEMA OCB ASSINAM CONVÊNIO PARA AMPLIAR O ENTENDIMENTO DAS COOPERATIVAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030 — QUE PREVÊ A ERRADICAÇÃO DA DESIGUALDADE EM TODAS AS SUAS FORMAS E DIMENSÕES

Paula Andrade

Sustentabilidade é palavra de ordem em todas as cooperativas brasileiras. Por princípio, buscamos crescer de forma sustentável, igualitária e inclusiva, apoiando o desenvolvimento das comunidades nas quais atuamos. Se, há alguns anos, esse conceito era relacionado apenas à área ambiental, hoje ele perpassa todos os ramos da economia. Na verdade, a sustentabilidade deixou de ser um objetivo quase abstrato para se transformar em meta mundial — com prazos e diretrizes definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015. São os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), um conjunto de 17 medidas que devem nortear as ações públicas e privadas de todos os países-membros até 2030.

Dispostas a contribuir com o sucesso da Agenda, as cooperativas brasileiras — por meio do Sistema OCB — assumiram o compromisso público de apoiar o cumprimento dos ODS no Brasil. Como estamos fazendo isso? A resposta para essa pergunta você confere nesta

entrevista, que reuniu o assessor sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no país (PNUD Brasil), Haroldo Machado Filho, e o superintendente do Sistema OCB, Renato Nobile.

Como funciona a parceria da ONU com o Sistema OCB?

Haroldo Machado Filho: Nossa parceria teve início em 2018, visando facilitar e fortalecer a colaboração do movimento cooperativista na promoção e no alcance dos ODS no Brasil. Essa parceria evoluiu, em 2019, para um acordo de cooperação técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem para o Cooperativismo (Sescoop), a fim de capacitar as cooperativas brasileiras a aderirem à Agenda 2030 e aos ODS. Nosso objetivo é auxiliá-las a implementar projetos de desenvolvimento sustentável e a se posicionarem publicamente como parceiras estratégicas da ONU ao longo do processo de implementação da Agenda no Brasil. Também queremos fortalecer iniciativas globais, nacionais e locais já existentes no cooperativismo e propor inovações que acelerem o impacto positivo que as cooperativas têm no

desenvolvimento humano sustentável das comunidades em que atuam.

Renato Nobile: Nós nos aliamos à ONU para conscientizar nossas cooperativas da importância da nossa atuação para o cumprimento da Agenda 2030, da ONU. De norte a sul do Brasil, realizamos centenas de projetos que fomentam a geração de emprego e renda, promovem a redução das desigualdades, estimulam educação de qualidade e promovem a sustentabilidade econômica, social e ambiental do nosso país. Acontece que elas nem sempre percebiam o valor estratégico desses projetos e dessas ações comunitárias. Agora — ao saberem que o cooperativismo é parceiro da ONU em relação aos 17 ODS — elas estão mais atentas ao poder transformador de seus projetos. Além disso, com o Pnud Brasil, estamos capacitando multiplicadores de ODS para que possam orientar nossas cooperativas a alinharem seus projetos socioambientais aos desafios propostos pela ONU.

Na sua opinião, os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) são importantes para o Brasil e para o mundo? Por quê?

HMF: Os ODS propõem uma ação mundial coordenada entre governos, empresas, academia e sociedade civil organizada para erradicar a pobreza e promover uma vida digna para todos, dentro dos limites de recursos do planeta. Eles são importantes porque integram, por completo, todos os elementos do desenvolvimento sustentável, como o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente. Além disso, buscam engajar todos os países — desenvolvidos ou em desenvolvimento — na construção do futuro melhor para todos. Hoje, a Agenda 2030 — que reúne os 17 ODS — já conta com a adesão dos 193 estados-membros da Organização das Nações Unidas, e com uma participação sem precedentes da sociedade civil organizada e outros grupos interessados, como as cooperativas brasileiras.

RN: Os objetivos de desenvolvimento sustentável servem como uma bússola para atuação não só dos governos, mas para toda e qualquer cooperativa, empresa, indústria, ONG ou movimento organizado que esteja atento ao futuro e aos impactos trazidos pelo uso não racional dos recursos naturais do planeta. Eles são importantes não apenas por indicar caminhos para mudar a nossa realidade, mas por nos fazerem refletir sobre as pegadas que temos deixado no planeta.

Qual é a importância da participação das cooperativas na Agenda 2030 da ONU?

HMF: A participação de todos os setores da sociedade — inclusive das cooperativas — é essencial para o alcance

“OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SERVEM COMO UMA BÚSSOLA PARA ATUAÇÃO NÃO SÓ DOS GOVERNOS, MAS PARA TODA E QUALQUER COOPERATIVA, EMPRESA, INDÚSTRIA, ONG OU MOVIMENTO ORGANIZADO QUE ESTEJA ATENTO AO FUTURO E AOS IMPACTOS TRAZIDOS PELO USO NÃO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS DO PLANETA.”

Renato Nobile,
superintendente do Sistema OCB

dos ODS até 2030. No Dia Internacional das Cooperativas, em 2015, o então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou que as cooperativas têm um “papel inestimável” na implementação dos ODS e reafirmou: o modelo de negócios cooperativo pode ajudar a tornar a visão de um futuro sustentável uma realidade para todos. Essa passagem ratifica a compreensão do valor único que as cooperativas oferecem para promover o desenvolvimento sustentável. A filosofia do cooperativismo — de um modelo de negócios que gere melhores oportunidades para todos — e o alinhamento aos Sete Princípios do Cooperativismo colocam o sistema em uma posição privilegiada e com alto potencial de contribuição para o alcance dos Objetivos.

RN: Cooperar é algo natural para nós, cooperativistas. Tenho convicção de que temos um enorme potencial para colaborar com o cumprimento dos 17 ODS. Isso acontece por dois motivos: primeiramente, porque as metas propostas pela ONU estão completamente alinhadas ao nosso jeito de fazer negócios e aos sete princípios do cooperativismo; outro motivo importante é nossa capilaridade. Hoje, nossas cooperativas estão presentes e atuantes em todo o Brasil, não apenas nos grandes centros urbanos, mas também em municípios pequenos e isolados do país. Em muitos desses municípios, somos a única instituição privada empenhada em levar desenvolvimento àquelas comunidades. Temos, portanto, papel fundamental na inclusão financeira, produtiva e econômica dessas regiões — desafio proposto transversalmente em todos os 17 ODS. Esses diferenciais sustentáveis do nosso modelo de negócios, aliás, precisam ser cada vez mais divulgados à sociedade e aos nossos cooperados, clientes e colaboradores.

O que foi construído, até agora, nessa parceria entre a ONU e o Sistema OCB?

HMF: Nosso convênio prevê o desenvolvimento de quatro produtos principais: 1) a elaboração de um mapeamento e diagnóstico da contribuição do Sistema OCB para o alcance dos ODS e um Plano de Ação com recomendações e atividades a serem realizadas para a integração dos ODS aos objetivos estratégicos da Casa do Cooperativismo; 2) a capacitação de multiplicadores no tema dos ODS e da Agenda 2030 em todas as unidades do Sistema OCB; 3) a produção de um curso virtual sobre a integração dos ODS nas atividades das cooperativas do Sistema OCB; 4) a elaboração de estratégia de comunicação interna e externa, de modo a sensibilizar cooperados, colaboradores e parceiros sobre os ODS e informar sobre as soluções criadas pelo projeto.

RN: Neste momento da execução do projeto, todos os quatro produtos citados pelo Haroldo já estão em fase de implementação. O relatório, com o mapeamento e o

“OS ODS SÃO UMA PODEROSA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO, QUE PODEM — E DEVEM — SER UTILIZADOS PELAS COOPERATIVAS EM SEUS PROJETOS, AJUDANDO-AS A SE REPOSICIONAREM NO MERCADO COMO INSTITUIÇÕES PIONEIRAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.”

Haroldo Machado Filho,
assessor sênior do
PNUD Brasil



“O DIA C É UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE DAR VISIBILIDADE — NACIONAL E INTERNACIONALMENTE — ÀS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS REALIZADAS PELAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS.”

Renato Nobile,
superintendente do
Sistema OCB



diagnóstico, já foi elaborado; o curso virtual Introdução aos ODS está em fase de finalização e será lançado em breve, e as oficinas de capacitação presencial para os colaboradores selecionados das unidades estaduais já têm data marcada.

Como as cooperativas podem se engajar ainda mais na Agenda 2030?

HMF: Apesar do alinhamento dos Princípios Cooperativistas com a sustentabilidade, o conceito adotado pelo sistema cooperativista ainda prioriza o aspecto social. A expansão da ideia de sustentabilidade, de modo que abarque os componentes econômico, social e ambiental, é uma excelente oportunidade para aprofundar a atuação das cooperativas. Além disso, os ODS são uma poderosa ferramenta de planejamento, que podem e devem ser utilizados pelas cooperativas em seus projetos, ajudando-as a se reposicionarem como instituições pioneiras do desenvolvimento sustentável. Para que as cooperativas possam se engajar mais, é preciso que os cooperados e colaboradores do Sistema OCB sejam informados e capacitados acerca do tema. Nesse sentido, o Projeto que o PNUD está realizando com o Sistema OCB deve suprir a lacuna do conhecimento e disponibilizar ferramentas para que as cooperativas possam introduzir os ODS no seu planejamento e, assim, desenvolver seu máximo potencial de atuação.

RN: Uma boa maneira de participar mais ativamente da Agenda 2030 é cadastrando seus projetos de responsabilidade socioambiental na plataforma Coops for 2030 (Coops para 2030), criada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) com o objetivo estratégico de divulgar o que as cooperativas de todo o mundo estão fazendo para colaborar com o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis propostos pela ONU. Essa plataforma quer ser uma vitrine de boas práticas cooperativistas, inspirando outras cooperativas a também investirem em projetos semelhantes nas suas comunidades.

Qual é o impacto do programa Dia C para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?

HMF: O alinhamento dos projetos do Dia C com os ODS tem sido fundamental para iniciar uma discussão sobre a Agenda 2030 dentro das cooperativas e para sua disseminação entre os cooperados. Hoje, percebo que as ações comunitárias das cooperativas apresentadas no Dia C ainda priorizam o cunho social da sustentabilidade. Consequentemente, os

instrumentos de acompanhamento dos resultados alcançados não conseguem medir adequadamente todos os aspectos relacionados à contribuição das cooperativas ao desenvolvimento sustentável local e nacional. É importante, portanto, trazer todos os eixos do desenvolvimento sustentável — social, econômico e ambiental — para a realização das atividades do Dia C, além de pensar em mecanismos de mensuração capazes de verificar mais precisamente o impacto dessas ações no alcance dos ODS.

RN: O Dia de Cooperar impacta, em apenas um dia, até dois milhões de pessoas no Brasil. Na data que escolhemos para celebrar os resultados positivos que o programa proporciona, diversos serviços são oferecidos para a população. Mas, vale destacar: a maior parte das cooperativas oferece esse trabalho de forma sistemática e contínua em suas comunidades. Nosso trabalho, dentro da parceria com a ONU, é associar tudo que já vem sendo feito por nossa base quanto às metas das ODS. Na minha avaliação, o Dia C é uma grande oportunidade de dar visibilidade — nacional e internacionalmente — às ações socioambientais realizadas pelas cooperativas brasileiras.

Existe um ODS no qual o cooperativismo possa colaborar mais e no qual deva se concentrar?

HMF: Os 17 ODS são integrados e indivisíveis. Significa que eles não são independentes entre si e precisam ser implementados de forma integrada. O ODS 17 reforça essa necessidade quando afirma que “os ODS só serão realizados mediante um compromisso renovado de cooperação entre a comunidade internacional e uma parceria global ampla que inclua todos os setores interessados e as pessoas afetadas pelos processos de desenvolvimento”. A participação das cooperativas é, portanto, essencial para a implementação da Agenda 2030 e o alcance dos ODS.

RN: Na verdade, não. Desde a fundação do nosso modelo de negócios, ainda no século XIX, as cooperativas contribuem ativamente para o cumprimento de todos os 17 ODS. Então veja quão adiantado o cooperativismo está em relação à pauta da sustentabilidade. É evidente que, pela natureza de suas atividades, cada cooperativa consiga contribuir mais ativamente com um objetivo específico do que com outro. Mas, dentro de uma lógica sistêmica, conseguimos colaborar com o atingimento de toda a Agenda 2030. ■



Laços Antigos

Existe uma parceria histórica entre o cooperativismo e a Organização das Nações Unidas (ONU). A Aliança Cooperativa Internacional possui uma cadeira no conselho consultivo da ONU desde a criação do organismo, em 1948. Desde 1995, o Dia Internacional das Cooperativas está inserido no Calendário Oficial das Nações Unidas, sendo observado por todos os estados-membros. Além disso, 2012 foi reconhecido pela ONU como o “Ano Internacional das Cooperativas” — um reconhecimento pelo papel catalisador do cooperativismo em prol do desenvolvimento social e econômico inclusivo, por meio da geração de emprego e renda nas comunidades em que atua.

Reforma Tributária

MERECE ATENÇÃO

IMPORTANTE PARA ALAVANCAR O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL, A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA PRECISA CONTEMPLAR O ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DO ATO COOPERATIVO PARA GARANTIR A COMPETITIVIDADE DO NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS

Por Alessandro Mendes

A aprovação da Reforma Tributária é importante para o desenvolvimento do Brasil. É mais que urgente, já que garante a simplificação na cobrança de impostos e a desburocratização da máquina pública". A afirmativa — dada pelo presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas — traduz a visão do cooperativismo brasileiro sobre um tema que vem movimentando o Congresso Nacional há muitos anos: a Reforma Tributária, pauta polêmica que, em 2020, pode finalmente começar a sair do papel.

As duas principais propostas de emendas à constituição relacionadas à Reforma Tributária buscam unir vários impostos em um só, que receberia o nome de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). No caso da PEC 45, por exemplo, cinco tributos entrariam na fusão. Já na PEC 110, do Senado Federal, seriam nove.

O Senado e a Câmara dos Deputados vêm trabalhando em uma legislação que simplifique o sistema tributário brasileiro. **Dois Propostas de Emenda à Constituição (PECs)** — uma na Câmara, a 45, e outra no Senado, a 110 — tratam desse assunto, com ideias nem sempre convergentes. Para unificar as propostas, foi criada, em fevereiro último, a Comissão Mista da Reforma Tributária, composta por 20 deputados e 20 senadores. O colegiado vai ouvir especialistas, promover debates e elaborar a proposta de Reforma que será levada para votação nas duas casas legislativas.

Para garantir que os direitos das cooperativas brasileiras sejam ouvidos pelos congressistas, o Sistema OCB vem atuando estratégica e sistematicamente para apresentar a esse público e à sociedade a importância e as particularidades do nosso modelo de negócio. A ênfase — no momento — é disseminar à sociedade civil o entendimento sobre o adequado tratamento tributário do **ato cooperativo**, previsto no artigo 146 da Constituição Federal. Também queremos proteger as conquistas já alcançadas, até o momento, pelo setor, como o reconhecimento da não incidência de Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os atos cooperativos.

"É importante deixar bem claro que as cooperativas não querem nenhuma isenção fiscal, regime favorecido ou tributação beneficiada", destaca Lopes de Freitas. "Contribuímos com o crescimento do país, recolhendo impostos e taxas. Esse é o nosso dever enquanto cidadãos. O que queremos não é deixar de pagar nada, mas garantir a adequação tributária ao nosso modelo societário."

O presidente do Sistema OCB destaca que o adequado tratamento do ato cooperativo é a garantia de que a tributação não incida em duplicidade sobre cooperativa e cooperado. "O ato cooperativo não é comercial e, portanto, não implica operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria", explica. "Por isso, a tributação deve incidir onde, de fato, se fixa a riqueza, o acréscimo patrimonial, o resultado tributável, ou seja, apenas na figura do cooperado. Na cooperativa há apenas o abatimento dos custos para a prestação do serviço ao associado", observa.



"AS COOPERATIVAS NÃO QUEREM NENHUMA ISENÇÃO FISCAL, REGIME FAVORECIDO OU TRIBUTAÇÃO BENEFICIADA, MAS GARANTIR A ADEQUAÇÃO TRIBUTÁRIA AO NOSSO MODELO SOCIETÁRIO."

Márcio Lopes de Freitas,
presidente do Sistema OCB



Hildo Rocha,
Deputado do Maranhão e
vice-presidente da Comissão
Mista da Reforma Tributária

Conquista importante

Entre as ações estratégicas realizadas pelo Sistema OCB para defender os interesses de nossas cooperativas em relação à Reforma Tributária, destaca-se a criação de um Grupo de Trabalho, com especialistas de todos os setores do cooperativismo, para tratar do assunto. Juntos, eles produziram o texto de uma emenda constitucional, detalhando o adequado tratamento das cooperativas no sistema tributário brasileiro. O trabalho foi apresentado pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, e essa proposta já foi acatada no relatório final da PEC 110. A PEC 45 ainda não teve relatório apresentado.

Para o vice-presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, deputado Hildo Rocha (MA), as cooperativas merecem receber um tratamento tributário adequado dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. “Na produção econômica, o cooperativismo é a única forma que permite aos menores produzirem e competirem no mercado. Assim, temos que preservar suas conquistas”, destaca. “As cooperativas, ao longo das últimas décadas, têm conseguido provar que é possível, com a união de pequenos empreendedores, concorrer, gerar empregos e diminuir a concentração de riquezas”, completa.

Consultor do Sistema OCB e relator da primeira PEC (293/2004) sobre a reforma tributária a tramitar no Congresso, ainda em 2004, o ex-deputado federal Luiz Carlos Haully também considera essencial que o Congresso Nacional contemple o devido tratamento tributário do ato

cooperativo. “No meu entendimento, não deve incidir a tributação no ato cooperativo. Mais ainda: não deve ter nenhum ônus; é preciso isonomia de tratamento com os outros setores”, aponta Haully, que participou do grupo de trabalho que produziu a emenda apresentada pela Frencoop.

Haully também defende um tratamento especial para os setores da saúde e educação, válido tanto para cooperativas como para empresas. “Os produtos e serviços dessas áreas são essenciais para a vida de uma nação. O Estado brasileiro não consegue prover educação e saúde para toda a população, então as cooperativas e a iniciativa privada estão suprindo essa falha. Logo, não é conveniente ter cobrança elevada; as alíquotas dessas cadeias produtivas devem ser menores”, observa.

Outros benefícios

Além de manter nas novas regras a não incidência de tributos sobre as operações e os resultados decorrentes do ato cooperativo, o Sistema OCB vem atuando para manter a garantia de que as empresas compradoras de matéria-prima de cooperativas continuem recebendo créditos tributários em suas compras — os quais podem ser abatidos durante o pagamento do imposto de renda. “Hoje, esse benefício existe tanto para quem compra de empresas quanto de cooperativas. Isso permite que o setor seja competitivo. É importante que essa conquista seja mantida”, explica a assessora jurídica do Sistema OCB, Ana Paula Rodrigues. Além dos compradores, o setor defende

que também sejam mantidos os créditos de operações realizadas entre cooperado e cooperativa, e entre cooperativas.

A assessora jurídica destaca que o cooperativismo também espera, com a reforma tributária, uma redução nos custos das chamadas obrigações acessórias, por conta da redução da mão de obra técnica necessária para o preenchimento de documentos para declaração e pagamento de impostos. “Hoje, as cooperativas e o próprio Sistema OCB gastam muita energia solucionando problemas com essas obrigações acessórias. Com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços, haverá uma redução dessa burocracia, já que cada imposto tem suas obrigações próprias, que passarão a ser só uma após a fusão”, explica Ana Paula. “Essa simplificação vai inaugurar uma nova era na área tributária. Vamos poder deslocar essa força de trabalho, essa força criativa, pra pensar em coisas que alavanquem os negócios, e não para ficar resolvendo burocracia”, destaca.

Trabalho de sensibilização

Enquanto a Comissão Mista trabalha na unificação das propostas de reforma tributária, o Sistema OCB trabalha para tornar conhecido o posicionamento do cooperativismo. “Temos acompanhado de perto esse assunto — desde o início da tramitação das PECs, no ano passado. Participamos de audiências públicas, nos reunimos com deputados e senadores, fizemos apresentações em eventos, lançamos uma cartilha e um vídeo. Enfim, estamos desde o começo trabalhando para

sensibilizar e explicar a importância do respeito ao adequado tratamento tributário do ato cooperativo”, informa a gerente de Relações Institucionais do Sistema OCB, Fabíola Motta.

Neste momento, o trabalho vem sendo realizado principalmente com os 40 parlamentares da Comissão Mista. E a previsão é de que não termine tão cedo. Segundo Fabíola, após a votação da reforma tributária, as decisões terão de ser regulamentadas por lei complementar. “Em um primeiro momento, serão definidas as principais diretrizes da reforma, mas o detalhamento — como as alíquotas de cada imposto, por exemplo — será definido no processo de regulamentação. Em todos os nossos encontros estamos deixando clara a importância de participarmos dessa segunda etapa”, conta Fabíola.

Além de sensibilizar e esclarecer a posição do cooperativismo em relação à reforma tributária, o Sistema OCB atua para que o artigo 146 da Constituição Federal — que reconhece o adequado tratamento tributário do ato cooperativo — seja regulamentado. Com esse objetivo, desde 2005, tramita sem sucesso, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 271. “Essa omissão legislativa tem feito com que, em alguns casos, nós tenhamos, tanto no Judiciário quanto na Receita Federal, decisões contrárias ao cooperativismo”, informa a assessora jurídica Ana Paula Rodrigues.

A advogada cita como exemplo o Recurso Extraordinário (RE) 599362, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgado em novembro de 2014. Em sua decisão, o relator — ministro Dias Toffoli —

Fabíola Motta,
gerente de Relações
Institucionais do
Sistema OCB



determinou que as cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços passassem a pagar PIS e Cofins. O entendimento foi seguido pelos demais ministros e está em vigor desde então. “Esse julgamento foi um sinal muito claro de que é preciso regulamentar, com urgência, o que é o adequado tratamento tributário do ato cooperativo. O que aconteceu é o reflexo de não termos uma legislação nos amparando”, destaca Ana Paula.

Outros dois REs que tratam do ato cooperativo estão sendo analisados no STF, sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. O de número 672215 discute a incidência de Cofins, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperativo de todos os setores do cooperativismo — agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte. Já o de número 597315 trata apenas da Cofins. “Para garantirmos que não haja incidência desses impostos, além da regulamentação da reforma tributária, é preciso regulamentar o que é o ato cooperativo e seu devido tratamento tributário”, aponta a assessora jurídica.

Autor do PLP 271/2005, o ex-deputado Luiz Carlos Hauly também faz parte do grupo que defende a regulamentação do ato cooperativo. “Isso é de fundamental importância. Com a emenda que criamos, e que está contemplada na PEC 110, temos um direcionamento para que isso ocorra de forma célere após a implementação da emenda constitucional da reforma tributária”, avalia Hauly.



Luiz Carlos Hauly,
ex-deputado e consultor
do Sistema OCB

Nossa força em números

Modelo de negócios viável para milhares de brasileiros se inserirem no mercado, as cooperativas distribuíram entre seus cooperados, apenas em 2018, cerca de R\$ 7,6 bilhões. Além disso, no mesmo período, injetaram na economia R\$ 9 bilhões com o pagamento de salários e outros benefícios destinados a colaboradores, e recolheram aos cofres públicos R\$ 7 bilhões em tributos.

Atualmente, o Brasil conta com mais de 6,8 mil cooperativas, que englobam 14,6 milhões de cooperados. Esse número representa um crescimento de 17,8% entre 2014 e 2018. Além disso, as cooperativas estão presentes em 85% dos municípios brasileiros. E em 36 deles, são responsáveis por 100% das exportações do setor agrícola.

Parte do resultado obtido pelas cooperativas é sempre investido em ações sociais para as comunidades em que atuam seus cooperados. Em 2018, foram mais de dois milhões de pessoas atendidas em 400 cidades do Brasil.

As cooperativas de crédito estão presentes em 95% do território brasileiro. Segundo o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, em 500 municípios, elas são a única instituição financeira presente. “Além disso, no campo, as cooperativas de eletrificação rural garantem energia elétrica a 4 milhões de brasileiros. Então, é necessário aprovar as emendas do ato cooperativo à Reforma Tributária para continuarmos fazendo a nossa parte no processo de desenvolvimento do nosso país”, finaliza Freitas. ■

Saiba mais sobre a reforma tributária

A PEC 45/2019, originária da Câmara dos Deputados, propõe a junção de cinco impostos para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). São eles:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS)
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Além disso, prevê a criação de um imposto que incida sobre cigarros, bebidas alcóolicas e outros bens dos quais se deseja desestimular o consumo.

A PEC 110/2019 (Senado) — que contempla, no relatório final, a emenda proposta pelo cooperativismo — prevê a fusão de nove impostos para a criação do IBS. Além dos cinco previstos pela PEC 45, entram:

- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep)
- Salário Educação
- Cide Combustíveis

A PEC do Senado também extingue a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL),

sendo sua base incorporada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Outra mudança prevista: passa para a gestão do governo federal o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), hoje de competência de estados e municípios; estende o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a aeronaves e embarcações, com exceção de veículos usados na pesca e no transporte público de passageiros e cargas; e cria um imposto que incidirá sobre petróleo e derivados, combustíveis, lubrificantes, cigarros, energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Uma terceira proposta — a ser enviada pelo governo federal — também deverá ser analisada pela Comissão Mista da Reforma Tributária. “Nunca na história deste Parlamento um assunto tão árido, tão complexo, teve tanto interesse de deputados e senadores. O Congresso Nacional tem um papel muito importante neste momento. E nós temos a função de conciliar o texto que está na Câmara — que é muito bom — com o texto que está no Senado — também muito bom — e com os assuntos de interesse do Executivo, pois não se faz uma proposta dessas sem o governo federal”, afirma o presidente da comissão, senador Roberto Rocha.

Com informações da Agência Senado

Principais demandas do cooperativismo na reforma tributária

- Garantir a aplicação do adequado tratamento tributário às sociedades cooperativas.
- Afastar a incidência em duplicidade de tributação, na figura do cooperado e da cooperativa.
- Impedir que haja tributação mais gravosa na relação entre cooperado e cooperativa do que aquela que incidiria se ele operasse individualmente ou por meio de outro tipo societário.
- Garantir, nos tributos não cumulativos, a manutenção dos créditos nas operações da cooperativa, e também nos adquirentes de seus produtos e serviços.



Lugar de mulher É NO COOPERATIVISMO

VEJA O QUE ESTAMOS FAZENDO, NO BRASIL E NO MUNDO, PARA AUMENTAR A PRESENÇA FEMININA NAS COOPERATIVAS E EM CARGOS DE GESTÃO

Por Lílian Beraldo

Ampliar a participação feminina no mercado de trabalho e nos espaços de decisão tem sido uma luta abraçada por todo o mundo. Não seria diferente no cooperativismo, modelo de negócios regido por princípios e valores cuja filosofia é buscar um mundo mais igualitário.

Apesar de avanços importantes nos últimos anos, não há país no mundo em que exista igualdade econômica entre homens e mulheres. E são as mulheres que estão mais vulneráveis a viver na pobreza. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que, em média, as mulheres recebem 17% a menos

por hora de trabalho na América Latina. No Brasil, a diferença é ainda maior: chega a 25%.

Segundo o relatório, 80% das tarefas domésticas são feitas por mulheres, o que impede a inserção e a permanência delas no mercado de trabalho, além de marcar sua presença em empregos de menor remuneração e maior flexibilidade. No Brasil, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de 52,3%, enquanto a masculina é de 72%.

Nos últimos anos, o panorama geral é de redução da desigualdade salarial e maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Os processos de mudança, entretanto, têm ocorrido em ritmo muito lento, alerta a OIT.

Comitê de gênero

Na busca por um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades para todos, o cooperativismo está atento à necessidade de acelerar e modificar (para melhor) a situação das mulheres. E essa é uma mudança que está sendo feita de forma global. É por isso que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) — entidade internacional da qual o Sistema OCB faz parte — criou um comitê de gênero mundial. Segundo a presidente do Comitê de Equidade da ACI, Maria Eugenia Pérez, o intuito é implementar um plano de trabalho que gira sobre 3 eixos:

1

Normativo — com foco na sugestão de regras que priorizem a igualdade de gênero dentro das instituições cooperativas.

2

Combate à violência doméstica e violência contra as mulheres — voltado para a prevenção desse tipo de agressão, bem como ao apoio e ao acolhimento de cooperadas e colaboradoras cooperativistas que sofram com esse tipo de violência.

3

Planejamento de projetos produtivos para mulheres — desenvolvimento de projetos e iniciativas capazes de ajudar a inclusão econômica feminina dentro do cooperativismo.



“Esperamos que as organizações cooperativas de todo o mundo vejam a relevância do que significa trabalhar com as mulheres, estimulando projetos produtivos feitos para elas, com a intenção de colaborar com a inclusão econômica global desse público”, destaca a colombiana.

Maria Eugênia aponta, ainda, a importância de as normas cooperativas preverem políticas de fomento à equidade de gênero nos cargos de direção, bem como o empoderamento das mulheres.

“Já no tema violência contra mulheres, queremos que as cooperativas assumam protocolos com seus associados e colaboradores para prevenir a violência de gênero. E que hajam normas que favoreçam a participação feminina no interior das cooperativas”, completou Maria Eugênia, que também é diretora executiva da Associação Colombiana de Cooperativas.

As organizações de cooperativas dos diferentes países podem se inscrever para fazer parte do Comitê de Equidade como membro. Hoje, o comitê é formado por integrantes da República Dominicana, Índia, Finlândia, Espanha, Bulgária e África do Sul.

Boas práticas

A ACI vem desenvolvendo estratégias — a partir do plano de trabalho do comitê de gênero — para ampliar a participação e a visibilidade das mulheres no interior das organizações de representação cooperativistas. O desafio é fazê-las participar, de maneira igualitária e equitativa, nos organismos de decisão e de poder do nosso movimento.

Desde 2018, a ACI criou políticas internas que preveem o aumento do número de mulheres em seus conselhos. Além disso, ficou estabelecido que a presidente do Comitê de Equidade faça parte do Conselho de Administração da ACI.

Maria Eugênia lembra que, na história recente, “tivemos mulheres como Pauline Green e Monique Leroux que ocuparam os cargos de presidente do Conselho de Administração da ACI e presidente da ACI Mundial”.

“ESPERAMOS QUE AS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS DE TODO O MUNDO VEJAM A RELEVÂNCIA DO QUE SIGNIFICA TRABALHAR COM AS MULHERES.”

Maria Eugenia Pérez,
presidente do Comitê de Equidade da ACI



Mais inclusão

Em todo o mundo, as cooperativas são mais inclusivas do que outros modelos econômicos e dão mais oportunidades às mulheres para enfrentar as barreiras que frustram a igualdade de gênero.

“Não podemos esquecer que as cooperativas foram as primeiras formas empresariais e associativas que efetivamente deram à mulher igualdade de direitos com os homens e deram a oportunidade de pertencer a uma empresa, de fazer parte, de ser dona de uma empresa”, relembra a presidente do comitê.

O cooperativismo, desde sua criação, tentou assegurar, a mulheres e homens, igualdade de oportunidades. “Ainda que tenhamos avançado de forma fundamental nos últimos 30 anos, nós temos hoje a responsabilidade de reclamar alguns espaços que não foram possíveis para as mulheres anteriormente, como de administração, de direção. Antes, era raro encontrar uma mulher que participava desses cargos administrativos. Avançamos ao ponto de já ter nesses lugares mulheres que ocuparam uma presidência mundial. Muitas mulheres são gerentes, muitas são presidentes de conselhos”, analisa Maria Eugênia sobre o quadro do cooperativismo no mundo.

Poder para elas

Na avaliação da colombiana, a presença de mulheres em espaços de direção não é só um direito, como é a própria prática dos princípios e valores cooperativos.

“É a possibilidade de fazer inclusão econômica e permitir que homens e mulheres atuem em uma estratificação que é de todos, é de propriedade coletiva, e em que nós, mulheres, temos um papel fundamental. Em quase todas as cooperativas estamos muito próximo, ou superamos, os 50% dos membros”, diz.

Mais do que um exercício democrático de respeitar proporcionalidades, ela acredita que as mulheres precisam romper barreiras e exercer sororidade — conceito essencial no movimento feminista que significa estimular o apoio entre as mulheres.

“Nós, mulheres, temos toda a possibilidade, capacidade intelectual para poder desempenhar os espaços diretivos das cooperativas e o que precisamos é romper barreiras, arriscar-nos a concorrer a processos eletivos (não importa se vamos ganhar ou não), aprender a nos organizar, fazer pactos com outras mulheres e mostrar que somos relevantes, importantes para as organizações, não só para o serviço como para gestão”, destaca.

Revolução feminina no campo

“Onde a mulher tem dignidade, respeito, voz e vez é na cooperativa. É também o local onde é possível encontrar justiça para o produtor rural.” A frase de Maria Gonçalves Nunes, moradora de Colíder, no Mato Grosso, é um retrato da história de luta e liderança da agricultora em busca de tratamento digno para os produtores de leite da cidade.

Há 14 anos, Maria liderou um grupo de 80 produtores de leite, da comunidade rural de Sol Nascente, que, insatisfeitos com o tratamento dado pela empresa de laticínio que comprava toda a produção, fez uma verdadeira revolução no campo.

“Não sei de onde arrumei tanta coragem, acho que era do espírito de justiça que eu tinha. Na igreja, aprendi que os grandes profetas lutavam pela justiça do seu povo”, afirma.

Maria lembra que os produtores deixavam seu leite em tambores, na entrada das pequenas propriedades,

que eram recolhidos por caminhões e levados direto ao laticínio. Mas ninguém nunca conheceu “a cara do patrão”. Mudanças eram feitas sem comunicado prévio aos produtores que eram pegos de surpresa, inclusive com a troca de um laticínio por outro.

“Um dia, eu fui lá na estrada para pegar o tambor [de leite] e o talão para ver a medição do leite [papel em que eles indicavam quantos litros tinham sido recolhidos naquele dia]. No papelzinho que eles deixavam, eu vi que tinha mudado o nome do laticínio. Não era mais o mesmo de antes. Eu fui pra casa, revoltada, e no dia

“NÃO SEI DE ONDE ARRUMEI TANTA CORAGEM, ACHO QUE ERA DO ESPÍRITO DE JUSTIÇA QUE EU TINHA. NA IGREJA, APRENDI QUE OS GRANDES PROFETAS LUTAVAM PELA JUSTIÇA DO SEU POVO.”

Maria Gonçalves Nunes,
agricultora, moradora de Colíder,
em Mato Grosso

seguinte fui lá pra beira da estrada pra esperar o leiteiro. E falei pra ele: o que aconteceu? Quem é o nosso patrão agora? Quem vai pagar o leite?”

O responsável pelo transporte do produto disse apenas que a linha de leite tinha sido vendida e que um outro laticínio tinha assumido o controle. Maria mandou um recado pedindo para que o proprietário fosse ao campo conversar com os pequenos produtores. Mas ninguém nunca apareceu.

Revoltada com a situação, ela decidiu que faria uma reunião com os produtores rurais para discutir os próximos passos da comunidade. No primeiro encontro, 80 produtores locais compareceram. “Eu até me assustei”, lembra Maria afirmando que foi sozinha ao local. “Meu marido não gostava de reunião, nem foi”, completa.

No encontro, no qual foram discutidos os caminhos para a produção de leite da região, Maria se colocou à disposição para se reunir com a Cooperativa Agropecuária Mista Terra Nova (Coopernova) — que poucos produtores conheciam, mas cujo trabalho tinha fama de ser honesto, sério e transparente. Na primeira reunião com a cooperativa, Maria conseguiu convencer o dirigente a pegar a produção leiteira dos pequenos produtores. Mas, para isso, seria necessário que, por 15 dias, eles jogassem fora todo o leite produzido — uma forma de mostrar insatisfação com o antigo laticínio.

“Havia uma briga muito grande pelo leite na época, era uma queda de braço. O antigo laticínio não queria que a gente vendesse para outra pessoa. Até então, não tinha concorrência. Foi difícil convencer os produtores, mas conseguimos”, lembra.

Na reunião seguinte com o dirigente da Coopernova, Maria já apareceu ao lado de 29 produtores que se mostraram interessados em fazer negócio com a cooperativa. Apesar de ser dezembro, um mês que tradicionalmente não há compra de leite pela entidade, os dirigentes resolveram ajudar os produtores liderados por Maria.

“A cooperativa só pega leite de maio a outubro, mas a gente não sabia disso na época, não era cooperada”, afirma.

“Eu sei que, no dia seguinte, arrumei um caminhão de puxar leite de um produtor, passamos de casa em casa, colocando o leite nos tambores e depois no caminhão. Eu ia passando, pegando nome e CPF do produtor e catando o leite. No primeiro dia, levamos 2,4 mil litros de leite para a Coopernova”, lembra, orgulhosa, a produtora.

Hoje, 14 anos depois, os produtores cooperados entregam, diariamente, mais de 9 mil litros de leite à Coopernova.

“Eu era a única mulher do grupo e estava liderando tudo aquilo. Foi difícil no começo, mas conseguimos. A comunidade continua animada e ninguém quer sair. Sempre digo que temos de dar valor ao nosso pedaço de terra e de ser cooperativista”, conta

Maria se diz feliz e realizada com as escolhas que fez ao longo da vida. Ela diz que repetiria tudo outra vez e incentiva outras mulheres a seguirem o caminho do cooperativismo.

“O cooperativismo é muito importante e apoio que outras mulheres entrem. Falo a elas que vale a pena ser cooperativista,

“O COOPERATIVISMO É MUITO IMPORTANTE E APOIO QUE OUTRAS MULHERES ENTREM. FALO A ELAS QUE VALE A PENA SER COOPERATIVISTA, INVESTIR NA SUA PROPRIEDADE E PRODUÇÃO.”

Maria Gonçalves Nunes,
agricultora, moradora de Colíder,
em Mato Grosso

**“QUANTO MAIS
VOCÊ VIVE O
COOPERATIVISMO
MAIS VOCÊ SE
APAIXONA, PORQUE
É UM MODELO MUITO
JUSTO, UM MODELO
QUE UNE SOCIAL
COM ECONÔMICO. E
QUANDO TEM PAIXÃO, O
TRABALHO É FEITO DE
FORMA MAIS EFICIENTE
E COM MAIS BRILHO.”**

Solange Pinzon de Carvalho,
*presidente do Sicoob
Meridional*

investir na sua propriedade e produção. O trabalho desenvolvido pela Coopernova é honesto e sério. Tem 14 anos que a gente entrega leite lá. E nunca ficamos um mês sem receber”, afirma.

Maria, que é mãe de cinco filhos homens, elogia a capacidade de organização das cooperativas e faz uma analogia sobre esse processo e o que aprendeu ao longo dos anos na igreja que frequenta.

“A cooperativa é uma instituição organizada e transparente. Eu vejo o cooperativismo como a primeira multiplicação de pão e peixes que Jesus fez. Ele pediu que fosse organizado em grupos de 50, de 100. Essa organização que Jesus fez para a partilha do pão é o cooperativismo.”

Mulheres no ramo financeiro

Dinheiro, finanças, poupança, juros, aplicações. Isso também é assunto de mulher como comprova Solange Pinzon de Carvalho, presidente do Sicoob Meridional desde 2015. Antes de chegar ao cargo mais alto dentro da instituição financeira, Solange trilhou um caminho profissional que passou por bancos, pelo empreendedorismo até chegar ao cooperativismo.

Durante o período de empresária, ela participou ativamente da Associação Comercial e Industrial de Toledo, no Paraná, da qual assumiu a presidência em 2005.

Ainda como conselheira da associação, alguns anos antes, ela viu crescer o embrião do que é hoje o Sicoob Meridional.

Como resposta à elevada taxa de juros e a falta de presença dos

bancos na comunidade, empresários locais se reuniram para começar a estudar a implantação de um modelo de negócios que tivesse soluções eficazes e alternativas para os assuntos financeiros. Foi fundado assim, em julho de 2002, com 26 cooperados, o Sicoob Meridional. A primeira agência foi aberta em fevereiro de 2003, com cinco funcionários.

Em 2006, Solange assumiu a diretoria administrativa financeira da cooperativa. Ela acredita que a experiência bancária anterior tenha sido uma credencial para que ela fosse convidada a assumir a diretoria. “Foi fantástico porque pude entrar no processo, principalmente, no processo decisório, como diretora.” Três anos depois, ela assumiu a vice-presidência do Sicoob.

Em 2015, foi a vez de chegar ao cargo que ela ocupa hoje: o de presidente. Ela acredita que assumir a presidência da cooperativa tenha sido um caminho natural dado o desempenho e o trabalho executado por ela nos anos anteriores.

“De 2006 para frente, foi quando a cooperativa engrenou. A cooperativa aumentou sua área de atuação e passou a abrir agência fora da cidade. Participei de todas as inaugurações das 21 agências.”

Além disso, ela atribui o trabalho sério e com compromisso à paixão pelo negócio cooperativo.

“Quanto mais você vive o cooperativismo mais você se apaixona porque é um modelo muito justo, um modelo que une social com econômico. E quando tem paixão, o trabalho é feito de forma mais eficiente e com mais brilho.”

Hoje, o Sicoob Meridional conta com 21 pontos de atendimento e mais de 41,3 mil cooperados. Solange sabe que o sucesso não

é conquistado sozinho e destaca como importantes atores nesse processo a equipe engajada e comprometida e uma diretoria que trabalha em sinergia com os conselhos administrativo e fiscal. Tudo é feito com o intuito de humanizar as relações financeiras.

Os resultados não deixam dúvidas da excelência do trabalho de uma mulher no comando. “Temos excelentes índices financeiros. A cada 3 anos, a gente dobra de tamanho. Temos os menores índices de inadimplência, uma das menores taxas de juros, até mesmo do sistema cooperativista. E tudo isso porque temos foco justamente naquilo que o cooperativismo prevê: justiça econômica, social e financeira.”

Com relação à participação feminina no cooperativismo, Solange afirma que esse índice tem crescido ano a ano. O Sicoob Meridional tem 260 colaboradores, 64% formado pelo público feminino.

“Nos cargos de execução, a participação feminina é substancial. Nos cargos de direção, nós temos uma diretora administrativo-financeiro que é mulher, temos gerentes administrativas e várias gerentes de agências. Há agências formadas 100% por mulheres”, destaca.

Diferentemente de outras mulheres, Solange afirma não ter enfrentado dificuldades para crescer na carreira, fato que ela própria atribui à autoconfiança. “Nós, mulheres, precisamos ter mais autoconfiança. Somos competentes, agregamos valor às equipes das quais fazemos parte e temos de dar as mãos umas as outras para crescer cada vez mais”, acredita Solange que é conselheira de administração do Sescop Paraná e faz parte da diretoria da Central Sicoob Unicoob. ■

**“MULHERES NÃO ESTÃO DEIXANDO
DE ASSUMIR CARGOS POR FALTA DE
COMPETÊNCIA OU POR BARREIRAS, MAS
POR FALTA DE CONFIANÇA. NÓS, MULHERES,
PRECISAMOS TER MAIS AUTOCONFIANÇA.”**

Solange Pinzon de Carvalho,
presidente do Sicoob Meridional



Vida

QUE SEGUE

Por Felipe Teixeira

Perça a um economista para descrever um mercado em profunda mudança, no Brasil e no mundo dos últimos anos, e é grande a chance de ele citar o ramo de transporte — sobretudo, o de passageiros — como exemplo. Aliás, para qualquer um que já chamou um carro por meio de aplicativo de celular, parece claro que nada será como antes nesse tipo de serviço.

Do ponto de vista das cooperativas de transporte, que possuem presença significativa no setor, o cenário é igualmente desafiador. Ainda assim, elas têm conseguido manter um bom ritmo de crescimento nessa nova estrada. De acordo com o *Anuário do Cooperativismo Brasileiro* — produzido pelo Sistema OCB —, houve alta de 16% no número de cooperativas de transportes, que subiram de 1,1 mil, em

**MESMO COM MUDANÇAS
NO MERCADO, A PISTA
ESTÁ LIVRE PARA AS
COOPERATIVAS DE
TRANSPORTE**

2014, para 1,3 mil, em 2018. Um sinal de que a cooperação é um dos caminhos escolhidos por quem opta por ficar (ou entrar) nesse negócio.

“O mercado de transportes é muito veloz e competitivo, mas ele beneficia quem está preparado para oferecer os melhores serviços”, avalia Tiago Barros, analista econômico da OCB para o Ramo Transporte. “O que fica de reflexão para as cooperativas é o seguinte: existe uma solução para enfrentar esse cenário de profunda mudança e ruptura. Em vez de lutar contra a entrada de novos atores no mercado, é preciso entender o que está mudando, pensar e se reposicionar. Quem estiver preparado e for competente, obterá resultados. E eles serão grandes.”

De fato, de acordo com o *Anuário do Cooperativismo*, em 2018, as cooperativas de transportes movimentaram R\$ 4 bilhões, garantindo o emprego e a renda de 98,8 mil cooperados. Ainda não estão disponíveis dados que permitam uma comparação com a receita de anos anteriores, mas Barros — que acompanha diariamente o mercado desde 2013 — avalia que “a tendência é de aumento em relação ao faturamento” em todos os segmentos.

Evaldo Matos, diretor-geral da Federação das Cooperativas de Transporte de Cargas e Passageiros de Minas Gerais (Fetranscoop-MG), compartilha da leitura otimista. Mesmo em um cenário de baixo crescimento econômico, ele não hesita em afirmar que “o cooperativismo de transporte, seja de carga ou de passageiros, tem crescido na crise”. O dirigente acrescenta considerar o momento atual como “muito favorável em termos de demanda, e oportuno para o crescimento das cooperativas”.

Mas, o que justifica o otimismo? Uma pesquisa assinada pelo economista-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Guilherme Resende, dá uma pista relacionada ao mercado de transporte de passageiros. Com base em dados coletados entre 2014 e 2016, em 590 municípios brasileiros — incluindo as 27 capitais —, o estudo mostra que a chegada da Uber, por exemplo, provocou, em um primeiro momento, queda de 56,8% nas corridas aferidas por aplicativos exclusivos de táxi. Entretanto, com o passar do tempo, tal redução caiu para 26,1%, em média, nas capitais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, indicando uma reação dos taxistas.

Entre as razões para a recuperação de terreno, avalia Resende, está a adaptação dos motoristas de taxi à nova realidade. Se por um lado a competição aumentou e os preços da corrida caíram em média 12%, por outro, aumentou-se significativamente o público consumidor. “Ao darem descontos e praticarem preços mais acessíveis, em termos absolutos, os taxistas conseguem ter até mais corridas do que antigamente”, explica o especialista.

Há espaço para todos nesse mercado mais amplo, desde que cada um saiba aproveitar suas vantagens competitivas, resume Resende. “Como sobreviver? Como se manter nesse mercado? Cada um, a seu modo, vai ter de ser mais eficiente”, assevera o economista-chefe do Cade.



“SE O PREÇO DA CORRIDA ESTÁ BAIXO PARA TODO MUNDO, QUEM FOR MAIS EFICIENTE CONSEGUIRÁ OS MELHORES RESULTADOS. E AS COOPERATIVAS, NESSE SENTIDO, COSTUMAM SER MAIS EFICIENTES.”

Guilherme Resende,
do Cade

Vantagens e desafios

Na nova realidade do mercado de transportes de passageiros, as cooperativas já encontraram soluções inteligentes para se diferenciar. Se o motorista de carro particular tem a seu favor uma estrutura extremamente enxuta, com poucas exigências e baixos custos regulatórios para circulação, os cooperados contam com um forte poder de negociação junto aos fornecedores. “Dentro de uma cooperativa do ramo de transporte, seja de carga ou de passageiros, é possível adquirir insumos a custo menor, como pneus, peças, acessórios ou, até mesmo, gasolina”, explica o líder cooperativista Evaldo Matos. “Além disso, a contratação de seguro é mais barata, com apólices coletivas. Sem falar que a aquisição de crédito é diferenciada, por meio de bancos conveniados”.

Quer mais? As cooperativas oferecem, ainda, suporte contábil, tributário e burocrático aos cooperados. “Se o preço da corrida está baixo para todo mundo, quem for mais eficiente conseguirá os melhores resultados. E as cooperativas, nesse sentido, costumam ser mais eficientes”, pondera Guilherme Resende, do Cade, especialista em competição de mercado.

Ouvido o conselho dos especialistas, cabe às cooperativas aproveitar essas vantagens para garantir maior participação de mercado no Ramo Transporte. “Nós precisamos criar estratégias para concorrer e simultaneamente investir cada vez mais em uma gestão eficiente. Afinal, muitas cooperativas correm risco de descontinuidade”, completa Matos.

Atenta a esse cenário, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) respalda-se em um conselho consultivo específico para cuidar das demandas do Ramo Transporte. O grupo — composto por representantes da base cooperativista e das unidades estaduais do Sistema OCB — foi encarregado de realizar uma reflexão estratégica sobre o futuro do cooperativismo de transporte. Após um longo trabalho de pesquisa e diálogo com especialistas, foram estabelecidas cinco prioridades para o ramo (**veja quadro**). Entre elas, destaca-se a necessidade de manter a competitividade de nossas cooperativas frente ao novo mercado de aplicativos de cargas e transportes.

Na pista da inovação

Garantir a sobrevivência e o crescimento das cooperativas de transportes em um mundo cada vez mais “uberizado” é um desafio que exige ousadia. Por isso, uma das linhas de ação propostas pelo conselho consultivo desse ramo diz respeito justamente à disseminação de práticas de inovação no setor. Nessa esteira, circula um extenso *brainstorm* de ideias — inclusive conversas para a criação de ferramentas de alcance nacional, como um aplicativo unificado de cooperativas de transportes.

“Hoje cada cooperativa tem um aplicativo. Eu sou um cliente e vou viajar, preciso baixar vários aplicativos. Então, por que não pensar na unificação de um aplicativo único para essas cooperativas?”, reflete Tiago Barros, responsável pelo acompanhamento do setor na OCB.

Cabe ter em mente, porém, que, embora a tecnologia seja importante, não é um fim em si mesma. “Estamos falando de um ponto num grande universo”, nota Barros. Um eventual aplicativo nacional para cooperativas, por exemplo, seria um avanço somente possível se outros aspectos destacados pelo trabalho da OCB também forem impulsionados, entre os quais a intercooperação. Trocando em miúdos: um salto de competitividade precisa levar em conta também o fortalecimento da cooperação, não somente dentro das cooperativas, mas entre elas.

Dirigente de uma federação que, justamente, une cooperativas, Evaldo Matos explica que a intercooperação é um catalisador das vantagens de ser cooperado, tendo efeito multiplicador sobre aquilo que o cooperativismo proporciona de melhor em termos de “apelo mercadológico, apelo de marketing e apelo de escala, para conseguir se apresentar de forma maior para o mercado”. Esse ganho de musculatura com a união entre cooperativas torna-se ainda mais relevante se levarmos em consideração que, das 1,3 mil cooperativas de transporte hoje existentes, 70% são pequenas, com faturamento anual de até R\$ 360 mil, segundo o anuário da OCB.

Outra boa oportunidade para as cooperativas de transportes: fechar acordos de intercooperação com as cooperativas agropecuárias. “Se nós aprendermos a conversar, se entendermos esse processo, de sentar na mesa juntos para desenvolver uma métrica conjunta e de ajuda mútua, com certeza é uma grande oportunidade que o cooperativismo tem”, conclui o líder cooperativista.

Esses são aspectos que concernem a garantia de competitividade

das cooperativas frente a um mercado ferrenho, mas o trabalho não termina por aí. Existem ainda outras quatro prioridades enumeradas pela reflexão estratégica do ramo de transportes elaborada pela OCB. São elas: aumentar a representatividade do cooperativismo de transporte junto ao Poder Público; atuar em prol da segurança jurídica; combater a concorrência desleal; e aprimorar a gestão e a governança cooperativista. Em todas essas frentes, há projetos sendo tocados.

“Passamos agora por um momento de pensamento conjunto, pensamento sistêmico, pensamento feito de forma coletiva e exponencial, de

não pensar somente no ‘meu’ ambiente. Embora a prestação de serviço seja municipal, eu posso sim traçar estratégias que sejam de nível nacional, potencializando a atuação das cooperativas”, defende Barros.

É inegável que o cenário mudou e continua a se transformar drasticamente para o Ramo Transporte, mas a visão de futuro traçada pela OCB e os diagnósticos baseados em pesquisas empíricas mostram que, por um lado, há um mapa traçado para as cooperativas da área, e que, por outro, a pista está livre para quem tiver disposição para percorrer o caminho necessário. ■

RAMO TRANSPORTE EM NÚMEROS

R\$ 4 bilhões
Faturamento

20 mil
veículos

R\$ 300 milhões
em tributos e despesas
com pessoal

1,3 mil
cooperativas
de transporte de cargas
ou passageiros

98,8 mil
cooperados

9,8 mil
cooperados

PORTE POR FAIXA DE FATURAMENTO



Entenda a organização do ramo transporte



Transporte de passageiros – Pode ser individual (táxis e mototáxis) ou coletivo (fretamento, municipal urbano, interestadual e escolar)



Transporte de carga – Inclui-se aí todo o tipo de mercadoria: seca, frigorificada, líquida, containerizada, perigosa etc.

5 Prioridades estratégicas do ramo



PARCERIAS

inovadoras



**EM BUSCA DE
NOVAS SOLUÇÕES,
COOPERATIVAS
AMPLIAM PARCERIA
COM *STARTUPS*. IDEIA É
ALIAR A TRADIÇÃO E OS
PRINCÍPIOS DO NOSSO
MODELO DE NEGÓCIOS
AO DINAMISMO DE
GESTÃO E ÀS INOVAÇÕES
TECNOLÓGICAS DAS
*STARTUPS***

Empresa jovem com modelo de negócios repetível e escalável, em um cenário de incertezas e soluções a serem desenvolvidas.

Por Débora Brito

Inovação tem tudo a ver com o cooperativismo — especialmente no momento atual. Um século antes de a economia colaborativa virar tendência, as cooperativas de todo o mundo já trabalhavam com os conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e consumo consciente. E, para continuarmos na vanguarda do mundo dos negócios, nos últimos quatro anos, cresceu o movimento de aproximação de cooperativas às chamadas **startups**. Objetivo? Nós nos reinventarmos, sem perdermos a essência dos princípios cooperativistas. Uma mudança sintonizada ao momento em que o ecossistema de inovação brasileiro vem crescendo em diferentes regiões do país, e atraindo vários setores para os polos de tecnologia que agregam *startups* e outros empreendimentos inovadores.

Seja para atualizar processos administrativos, facilitar o acesso de usuários a produtos e serviços, ou ampliar possibilidades de negócios, as parcerias com *startups* têm rendido bons frutos para o cooperativismo, como mostram diferentes experiências no país.

Uma das primeiras cooperativas a entrar nesse movimento de renovação foi a Sicredi Pioneira, cooperativa de crédito mais antiga em funcionamento no país, fundada em 1902. Com mais de 156 mil associados, é uma das mais ativas quanto o assunto é inovação. Desde 2018, a entidade conta com uma gerência específica de Estratégia e Inovação.

“Estamos completando dois anos dessa gerência e, de fato, ela acelerou bastante a estratégia. Fomos inseridos no ecossistema de inovação, tanto da região do Vale dos Sinos quanto da região de Caxias do Sul, e fizemos contato com *startups fintechs*”, relata Solon Stapassola Stahll, diretor executivo da cooperativa.

Mais eficiência

Solon enfatiza que, quando a cooperativa passou dos 110 anos, a equipe sentiu necessidade de buscar as *startups* para responder “às dores” dos clientes, dos cooperados e dos colaboradores. Em vez de criar as soluções dentro da cooperativa — o que poderia levar tempo e gerar custos excessivos —, a ideia da nova gerência foi se aproximar de *startups* que já tinham soluções prontas para os problemas identificados no associativismo.

De 2018 para cá, a Sicredi Pioneira lançou três produtos em parceria com *startups*. O primeiro deles foi uma plataforma digital para financiamento de veículos. Por meio dela, cooperados e não cooperados podem acessar as formas de crédito para financiar um veículo.

Funciona assim: o interessado vai a uma loja revendedora de veículos, escolhe um carro e sai de lá com o financiamento feito de forma totalmente digital, sem precisar ir à agência. O sistema deu tão certo que já está sendo implementado em lojas de materiais de construção.

A plataforma tem gerado de R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões por mês, de forma totalmente digital, sem envolvimento físico de nenhum colaborador. “Há um ganho de resultado e mais negócios com eficiência total; não envolve nenhum papel, nenhum contrato, nada. É tudo na revenda”, comenta Solon.

Transformação digital

O segundo produto que a Sicredi Pioneira colocou no ar, em parceria com

**“A SICREDI MUDOU
AQUELA IMAGEM
DE COOPERATIVA
FINANCEIRA
CENTENÁRIA, LIGADA
SÓ AO AGRONEGÓCIO,
E PASSA A SER AGORA
UMA EMPRESA COM UMA
IMAGEM DE INOVAÇÃO
QUE A GENTE NÃO
TINHA ANTES.”**

Solon Stapassola Stahl,
diretor executivo da cooperativa
Sicredi Pioneira

startups do Rio Grande do Sul, foi o aplicativo chamado Goog. Inspirada no Google, a ferramenta de busca facilitou o acesso a todas as informações sobre produtos, manuais, regras e políticas da cooperativa que devem ser lidas diariamente pelos colaboradores.

O aplicativo obedece a comando de voz e pode ser usado em *desktop* e celular. A ferramenta tornou-se a principal forma de orientação na palma da mão do colaborador, gerando redução de custos com pessoal e mais agilidade na disseminação de informações.

“Essa é uma grande entrega, completa agora um ano de lançamento e está em pleno funcionamento. Foi uma revolução gigantesca levar o conhecimento para o colaborador, reduzindo drasticamente o volume de suporte da cooperativa”, disse Solon.

*Geração de
novos negócios*

Em parceria com outra *fintech* do Rio Grande do Sul, a cooperativa lançou o aplicativo do programa de fidelidade, chamado *Juntos*. A iniciativa é similar aos sistemas de milhagem de cartões de crédito e foi idealizada para premiar o associado fiel à cooperativa. A cada produto adquirido pelo usuário, ele recebe pontos, que não expiram e podem ser trocados por brindes ou serviços disponíveis em um catálogo no aplicativo.

“Ele é muito similar ao sistema de milhagem de cartões, mas com algumas vantagens. No nosso caso, cada produto vale um ponto e cada ponto, um real, que você pode trocar. É gerado um

voucher eletrônico, não precisa imprimir nada; ele chega na loja, no restaurante, bar ou hotel e vai receber o desconto de acordo com os pontos que ele tinha”, explica Solon.

O aplicativo já tem mais de 35 mil *downloads*, e a meta é chegar a 50 mil até o fim deste ano. Tanto o Goog quanto o *Juntos* já estão atraindo o interesse de outras cooperativas, e motivando a venda e implementação das soluções em outras empresas da região.

“Isso foi possível porque entramos nesse ambiente de inovação e fizemos muitas conexões com muita gente do Brasil inteiro ligada nesse movimento. Conseguimos colocar a Pioneira entre os principais *players* de inovação da região”, destaca Solon.

*Modernização
da imagem*

Além da geração de novos negócios, o diretor aponta que esses novos aplicativos ampliaram a oferta de soluções e o aumento da fidelização dos associados. Outro ganho destacado pela direção foi percebido na marca Sicredi, que tem conquistado mais relevância e está com a imagem mais associada à modernidade. A mudança tem atraído talentos profissionais, principalmente jovens.

“A Sicredi mudou aquela imagem de cooperativa financeira centenária, ligada só ao agronegócio, e passa a ser agora uma empresa com uma imagem de inovação que a gente não tinha antes”, disse.

Internamente, a inovação também está provocando mudanças

na cooperativa, que agora vê o tema como um valor cultural. Os colaboradores estão mais engajados com os propósitos da cooperativa e usam cada vez mais técnicas de *design thinking* para resolver um problema, metodologias ágeis para elaborar um projeto, entre outros processos adquiridos da conexão com as *startups* nos últimos anos.

“Nesse movimento, nós aprendemos que não precisamos ter todas as respostas prontas dentro da cooperativa. Podemos usar da força de um ecossistema gigantesco de *startups* e *fintechs* no Brasil, ou nos associar a *fintechs* com soluções prontas. Aprendemos também que o ecossistema de inovação tem características muito nobres; é um mundo muito aberto, onde as pessoas compartilham informação, não escondem conhecimento, que não nos vê como concorrentes, mas sim como parceiros.”

*Incentivo às
startups*

E não é somente o cooperativismo que tem se beneficiado do potencial das *startups*. Algumas cooperativas lançaram programas para acelerar e contribuir para a consolidação de *startups*, especialmente no mercado financeiro — as chamadas *fintechs*.

No fim de 2016, o Sicoob Empresas — cooperativa de crédito singular que representa o Sicoob nas regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo — criou uma plataforma inovadora de apoio e incentivo a *fintechs*, denominada *Plataforma.Space*.

Por meio da *Space*, *startups* em estágio operacional recebem de empresas tradicionais capacitação técnica, apoio com infraestrutura, crédito e acesso ao mercado, com foco no crescimento de clientes e valor agregado para os produtos.

Em média, são selecionadas seis *startups* por semestre. Durante cinco semanas, elas passam por atividades de imersão, comunicação estratégica, treinamentos de relacionamento com investidor e até mesmo internacionalização.

Segundo o diretor presidente do Sicoob Empresas RJ, Eduardo Diniz, o objetivo é mapear *startups* que tenham soluções para aumentar produtividade, diminuir custos, melhorar processos e atrair mais cooperados e negócios para a instituição financeira.

“Não diria que somos uma aceleradora em si, mas um programa de incentivo ao crescimento e consolidação de *scale ups* — empresas que conseguem sustentar um crescimento de pelo menos 20% ao ano, durante um período de três anos seguidos. Somos uma plataforma que tem por objetivo alçar essas empresas ao patamar mais alto possível”, explica Diniz.

Após três anos de projeto, o diretor relata que foram alcançados excelentes resultados — entre eles, a parceria com dezenas de *startups*, que se utilizam do Bancoob como *core banking* para manter suas contas de pagamentos, realizar transações financeiras, transferências eletrônicas e pagamentos de contas, por meio de Interface de Programação de Aplicativos (API).

Segundo Diniz, essas *fintechs* operam juntas, mensalmente, mais de 1 milhão de transações financeiras com um volume financeiro superior a US\$ 30 milhões.



**“SOMOS UMA
PLATAFORMA QUE TEM
POR OBJETIVO ALÇAR
ESSAS EMPRESAS AO
PATAMAR MAIS ALTO
POSSÍVEL.”**

Eduardo Diniz,
diretor presidente do Sicoob
Empresas RJ

Empresas cujo objetivo principal é apoiar e investir no desenvolvimento e rápido crescimento de startups, ajudando-as a obter novas rodadas de investimento ou a atingir seu ponto de equilíbrio (break even), fase em que elas conseguem pagar suas próprias contas com as receitas do negócio.

Serviço bancário fornecido por um grupo de agências bancárias em rede, onde os clientes podem acessar suas contas bancárias e realizar transações básicas de qualquer uma das filiais membros.

Uma das *fintechs* aceleradas pela Plataforma Space é o Banco Digital Maré. A *startup* nasceu com as missões de resolver o problema de inclusão financeira e fomentar o comércio na comunidade do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

É a primeira iniciativa do país para a criação de um sistema de micropagamento com moeda digital, batizada de Palafita. De forma simples e acessível, o objetivo é, por meio de um aplicativo *mobile*, agilizar pagamentos, transferências e compras de pessoas que não têm conta bancária, e universitários que sejam engajados em projetos sociais e que tenham dificuldade de abrir contas em bancos, por conta das tarifas altas.

Além da moeda digital, o banco oferece o cartão pré-pago Maré, que pode ser recarregado e utilizado para compras na internet ou em lojas físicas, e as máquinas POS Maré, que permitem a realização de compras sem o uso de dinheiro.

Os serviços financeiros podem ser acessados não somente pelo aplicativo, mas também nos chamados Kioscos, que são os pontos de atendimento onde os clientes são atendidos pelos próprios moradores de suas regiões. Os Kioscos também podem funcionar no comércio, que pode se cadastrar para ser um ponto de atendimento do Maré.



Tendências

A aceleração de *startups* como o Banco Digital Maré e a interconexão com cooperativas são apenas uma face das tendências que estão em curso e podem se consolidar nesse processo. Os atores envolvidos no movimento de inovação projetam ainda a possibilidade de formação no Brasil de um cooperativismo 2.0 e a geração de *cooptechs* (cooperativas *startups*), que atuariam de forma mais enxuta, planejando negócios escaláveis com base tecnológica.

Mas, para chegar lá, é necessária uma mudança mais profunda na cultura das cooperativas. O propósito é fortalecer o cooperativismo, renovando sua forma de ação para alcançar mais resultados sociais e econômicos.

“A inovação começa nas pessoas, não na tecnologia. Você precisa de pessoas que tenham esse **mindset**, que façam mudar os projetos e com quem as coisas sejam mais ágeis. Estamos acompanhando esse movimento de perto e queremos contribuir para ter um cooperativismo ainda mais forte, com inovação”, declarou Romário Ferreira, sócio de uma empresa dedicada a desenvolver um ecossistema de inovação do cooperativismo no país — a Coonecta.

Expressão utilizada para falar dos modelos mentais de uma pessoa ou instituição.

Capacitação

Percebendo a crescente demanda do cooperativismo por novos modelos de gestão e tecnologias inovadoras, a Coonecta especializou-se em promover eventos, *workshops* e missões nacionais e internacionais para intercâmbio de experiências inovadoras. Um grupo já foi para Nova York, e a próxima viagem prevista é para o Vale do Silício, nos Estados Unidos.

A iniciativa surgiu há cerca de quatro anos, idealizada por dois jornalistas que deixaram a profissão de origem e passaram a se dedicar a treinamentos corporativos de empresas do ramo financeiro, como bancos, operadoras de crédito, cobrança, meios de pagamento, entre outras.

Nos eventos e congressos de capacitação desse mercado, um fato chamou a atenção dos sócios: a maioria dos participantes era de cooperativas de crédito que buscavam informações para suprir alguma demanda de negócio e se tornarem mais competitivas.

“Foi aí que aconteceu o encontro desses mundos. Fizemos uma validação por um tempo, conversando com diversos dirigentes e executivos de cooperativas para entender que é um movimento muito rico, mas carente de inovação”, relata Ferreira.

O objetivo da Coonecta é capacitar o funcionário da cooperativa para que ele consiga implantar estratégias e disseminar o conhecimento internamente na instituição, a fim de que ela seja mais inovadora e eficiente nas suas operações.

“O cooperativismo nasceu inovador. Ele tem princípios que hoje são buscados por empresas não cooperativas. Do ponto de vista de valores, o cooperativismo está em sintonia com esse movimento atual de inovação”, declarou o empresário.

Mapeamento

O Brasil tem cerca de 12 mil *startups*, segundo a Associação Brasileira de Startups (Abstartups). Mas o país ainda não tem um levantamento fechado de quantas delas desenvolvem projetos de inovação em parceria com cooperativas.

Para preencher essa lacuna, a OCB está desenvolvendo, em parceria com a Coonecta, um radar de inovação que deve ser lançado ainda este ano. A iniciativa pretende reunir os principais cases de cooperativismo e inovação do país.

Segundo o Coonecta, as cooperativas de crédito, agropecuárias e de saúde estão à frente do movimento de inovação. No entanto, outros setores, como o de transporte, também têm desenvolvido projetos inovadores. A maior parte está concentrada no Sul e no Sudeste, mas a tendência é que o movimento cresça em outras regiões do país — como no Centro-Oeste, que já está no radar da empresa.

“No crédito, a gente vê uma busca muito grande por inteligência artificial, **blockchain**, plataforma *mobile*. As cooperativas agras têm olhado bastante para isso, buscando soluções de **big data** e **smart farm**, por exemplo. É um movimento geral com alguns setores mais avançados”, comentou Romário.

Além da Sicredi Pioneira, Romário cita as experiências da Unimed BH, que lançou um programa para selecionar *startups*; a Seguros Unimed, que criou uma plataforma para conectar outras unidades do grupo; o Sistema Ailos, que também selecionou *startups* para suprir as necessidades de negócio de suas 13 cooperativas; a Castrolanda, tradicional cooperativa do mundo agro que promoveu uma semana de inovação e um **Hackathon** para premiar *startups*; além da Coopercarga, do ramo transporte, que criou um programa de inovação aberta, e dele surgiu a Cargon, uma nova *startup* que já tem vida própria.

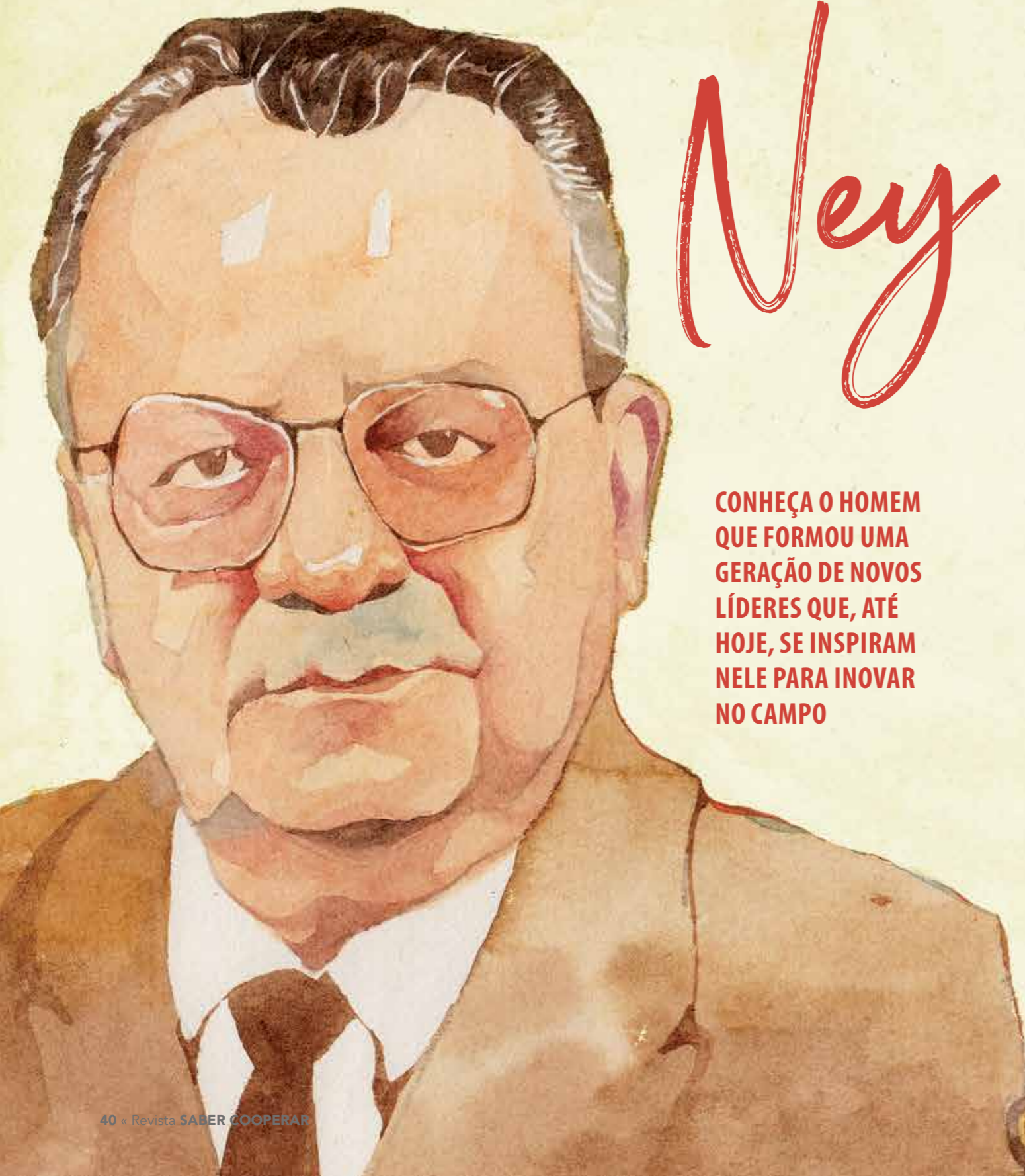
No caso da Sicredi Pioneira, as perspectivas são positivas. A cooperativa quer desenvolver novas plataformas de crédito e aprimorar as existentes, além de fortalecer a cultura de inovação entre os colaboradores de todas as áreas da instituição. ■

Sistema de tecnologia baseada na distribuição de blocos de informação entre milhares de usuários da internet, armazenando todas as transações realizadas on-line. Dessa forma, facilita-se o rastreamento de todas as operações realizadas dentro do blockchain, impedindo-se a manipulação dos dados contidos na cadeia.

Grandes conjuntos de dados que precisam ser processados e armazenados.

Na tradução literal, seriam “fazendas inteligentes”, que aplicam as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no manejo da produção. Para isso, podem-se utilizar GPS, drones, imagens de satélites, robótica, big data e outras tecnologias que permitam o acompanhamento preciso — e em tempo real — da produção.

Evento que reúne programadores, designers e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de software em maratonas de trabalho com o objetivo de criar soluções específicas para um ou vários desafios.



Ney Bittencourt

UM VISIONÁRIO QUE DEIXOU MARCAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

CONHEÇA O HOMEM QUE FORMOU UMA GERAÇÃO DE NOVOS LÍDERES QUE, ATÉ HOJE, SE INSPIRAM NELE PARA INOVAR NO CAMPO

Por Tchéréna Guimarães

Um homem à frente do seu tempo e preocupado com a sociedade. Era assim Ney Bittencourt de Araújo, engenheiro agrônomo multifacetário que esteve à frente do grupo Agroceres entre 1971 e 1996. Além de empreendedor rural, foi líder e homem público.

Sua morte precoce, em 1996 — quando tinha 59 anos —, interrompeu planos e deixou tristeza, mas a sua trajetória ecoa, ainda hoje, como um grande legado.

A dedicação de Bittencourt ultrapassou as fronteiras de sua cooperativa e, ainda hoje, serve de inspiração para uma legião de pessoas do agronegócio.

“Ney formou uma geração de lideranças agropecuárias. Pessoas que, mesmo depois de saírem da Agroceres, continuaram atuando e levando a sua visão estratégica de conduzir os negócios”, afirma José Luíz Tejon, que foi diretor de marketing da Agroceres e atualmente dedica-se — entre outras tantas tarefas — à docência nas áreas de Educação e de Agronegócio. “Ney

é uma pessoa inesquecível, um gigantesco amigo e espetacular mentor. Era uma pessoa corajosa, com a qual a gente realizava atos de bravura, sempre com um propósito em mente: o bem do país”, recorda com saudade.

A trajetória de Bittencourt gerou um verdadeiro impacto na forma de pensar do agronegócio brasileiro. “Ele tinha uma cooperativa na mão, mas atuava e trabalhava numa dimensão muitas vezes superior à empresa em si. Ele tinha uma visão de praticamente um estadista, como se fosse um



presidente da República”, explica Tejon. “Estar com ele era muito inspirador. Ele era de uma motivação imensa, dono de uma empolgação enorme!”

Filho de peixe

Mineiro de Viçosa, Ney Bittencourt formou-se em Agronomia pela Universidade de Viçosa e em Administração pela American Management Association, de Nova York. A perspicácia empresarial corria no sangue. O pai foi o fundador da Agrocere — empresa que colocou no mercado brasileiro os primeiros híbridos de milho. E, como filho de peixe, ele soube como ninguém dar continuidade à proposta inovadora da cooperativa. Investiu na modernização da produção de milho; em sementes de hortaliças, de sorgo e de pastagens; e na suinicultura e na avicultura. Sempre pensava além.

“Um dos grandes sonhos do Ruy era ver o Brasil dominar o conhecimento e o desenvolvimento da genética e da produção em todo o cinturão tropical planetário”, lembra o amigo Tejon. Visionário que era, Bittencourt lutou por isso e deixou as suas contribuições. Não à toa, Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, organizou um livro todo dedicado a ele. Na obra *Dinamo do Agribusiness*, lançado em 1995, mais de cem pessoas destacaram as contribuições de Ney ao agronegócio brasileiro.

“Ney tinha uma curiosa característica: quem o visse ou ouvisse uma única vez em um seminário, numa conversa ou num debate, guardaria dele para sempre a impressão marcante de semente formidável. Semente de ideias que, se a convivência continuasse, germinariam facilmente em magníficas

“UM DOS GRANDES SONHOS DO RUY ERA VER O BRASIL DOMINAR O CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA GENÉTICA E DA PRODUÇÃO EM TODO O CINTURÃO TROPICAL PLANETÁRIO.”

José Luíz Tejon

proporções”, escreveu Rodrigues na apresentação da obra.

Incansável, era aquele tipo de pessoa que não parava. Estudioso, disciplinado e autodidata, os amigos contam que ele abria a empresa logo no início da manhã e só saía ao entardecer. E, quando chegava em casa, finalmente, preferia dedicar-se à leitura do que se render ao descanso.

Participava de inúmeros seminários e debates mundo afora. Na década de 1970, já defendia que a forma de pensar a agricultura e a pecuária no Brasil tinha de ser revista. Os métodos tradicionais, para ele, não condiziam com a necessidade do país nem com o papel fundamental que ele tinha no mundo. Era necessária a orquestração de toda a cadeia produtiva, de uma forma sistêmica, que percebesse que a economia agrícola ultrapassava a produção dentro da fazenda.

No mesmo barco

Ney entendia que a agropecuária era o elo de uma cadeia que movia a ciência, a tecnologia e a indústria. Foi na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que conheceu o conceito de agronegócio — termo que advém da palavra inglesa *agribusiness* e engloba todas as operações da atividade agrícola, desde a produção até o varejo. Para Ney, essa “era a pedra fundamental para a construção de uma sociedade justa”.

“Ele foi o primeiro a trazer essa ideia para o Brasil”, conta o engenheiro agrônomo e consultor Ivan Wedekin, outro amigo que se lembra com orgulho de Ney. “No Brasil, esse conceito nasceu em uma cooperativa [Agrocere], e não na Universidade”, argumenta.

Wedekin tornou-se assessor econômico da Agrocere em 1984 e participou, ao lado de Ney, de seminários em Harvard. Ele se lembra com gratidão daquela época: “Ney podia ter nos colocado para produzir resultado e vender, mas ele dava um tempo para nós estudarmos”.

Dessas imersões e dessa relação intelectual, Wedekin e Ney — com Luiz Antonio Pinazza — tiveram a ideia de escrever o primeiro livro nacional sobre agribusiness no Brasil. A obra *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro* foi lançada em 1989. “Todo esse nosso trabalho inicial foi de garimpagem de informações”, explica. “Nós sabíamos da importância e da força do conceito. Tínhamos claro que deveria existir uma convergência de interesses, que não se justificava um conflito entre o agricultor e a cooperativa e a indústria de sementes, por exemplo. Sabíamos que todos estavam no mesmo barco”, acrescenta.

“A partir daí, esse conceito se espalhou pelas universidades e faculdades brasileiras, e hoje temos dezenas de MBAs e pós-graduações em Agronegócio. A partir dessa contribuição, nós saímos da era da agricultura para a era do agronegócio”, comemora.

Bittencourt escreveu outros tantos livros e artigos. “Ele tinha essa visão acadêmica. Participava dessa articulação entre o setor privado e o educacional”, pontua Wedekin. O ex-presidente da Agrocere também foi, entre outros, conselheiro de órgãos como o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

“Ele era superespecial, e tenho um sentimento de uma perda muito grande de ele não ter visto todo o sucesso do *agribusiness*.

Mas a semente que ele plantou está aí, vigorosa”, afirma Wedekin. O consultor completa: “é uma pena que o Ney não tenha vivido essa pujança do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, que aconteceu a partir da estabilidade da economia, que veio em 1994, com o Plano Real, e depois, com a mudança do regime cambial. Ele morreu antes de o Brasil se transformar em um dos maiores exportadores mundiais, com o maior saldo da balança comercial agrícola do mundo”, analisa.

Tejon acredita que, se Ney estivesse vivo, teria dado outras grandes contribuições ao agronegócio brasileiro. “Os fundamentos de agribusiness ainda não foram completamente dominados no Brasil. Nós tivemos um grande desenvolvimento por meio do cooperativismo, uma vez que as cooperativas se transformaram em cooperativas agroindustriais, e não apenas cooperativas de produção. Mas essa realidade ainda não se aplica a todo o setor do agronegócio”, enfatiza.

Visão humanista

Com uma visão humanista de conduzir os negócios, Ney Bittencourt se comunicava com todo o campo e os centros urbanos. Queria contribuir com o crescimento do país. Sua preocupação era econômica e social. Preocupava-se com o alimento que chegava nas casas brasileiras. “Sempre estive ligado à formulação de propostas e políticas agrícolas no Brasil. Participava de reuniões com órgãos do governo e todo mundo que trachava a política agrícola brasileira”, relembra Wedekin.

Ney liderou, em 1993, a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) com o objetivo de difundir o conceito de agronegócio e destacar, junto a governo, iniciativa privada, entidades de classes e universidades, a importância do trabalho de gestão e gerenciamento de todo o sistema agroindustrial.

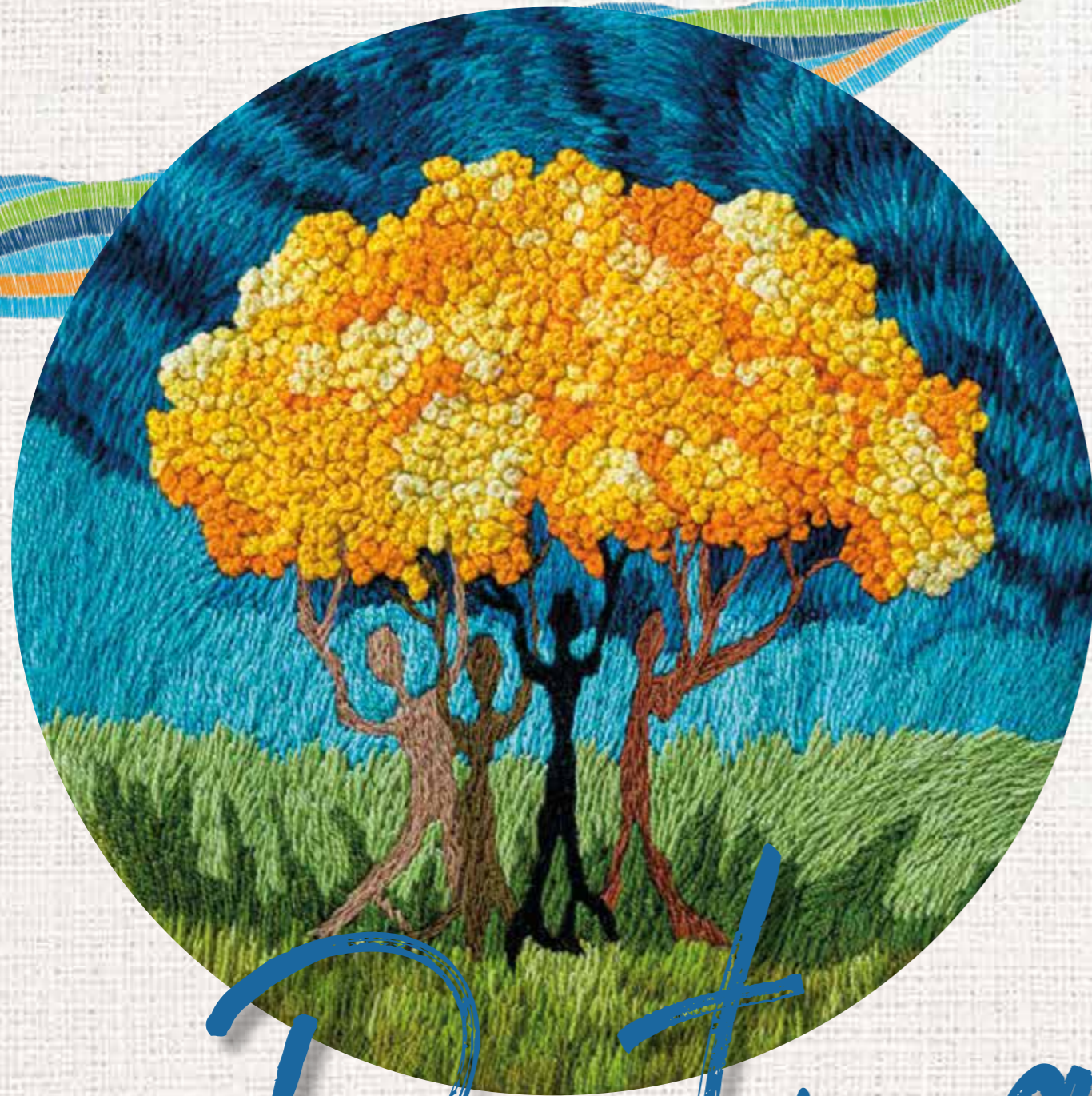
Para ele, o agronegócio poderia contribuir com a organização do processo de desenvolvimento sustentado, a integração à economia internacional, a eliminação das profundas desigualdades de renda e dos bolsões de miséria, e o respeito ao meio ambiente.

Ele participou, também, da direção e do conselho de outras 20 entidades nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio.

Fora do trabalho, era um homem que gostava de música, arte e cultura. “Era muito otimista, um grande contador de causos. Com ele não tinha falta de assunto, gostava de um whisky, da conversa em torno da mesa do bar”, diverte-se Wedekin.

Tejon também se lembra de Ney assim. Recordava as noites em que tocava o violão, com o amigo ao lado a cantarolar. “Uma das maiores sortes da minha vida foi ter convivido com o Ney. Era uma personalidade que reunia talento técnico com uma extraordinária visão humana”, avalia. “Graças a ele, fui estudar em Harvard. Fui estudar em Nova York, conhecer o mundo, fazer negociações na Índia”, acrescenta.

Daquela época, no entanto, só sobrou um arrependimento: “eu podia ter prestado ainda mais atenção no Ney, porque era simplesmente gigantesca aquela experiência da Agrocere e do convívio com ele”, conclui Tejon. ■



**CONHEÇA AS HISTÓRIAS DE
PESSOAS E COOPERATIVAS QUE
TIVERAM A VIDA IMPACTADA
POR UMA AÇÃO REALIZADA
PELO SISTEMA OCB**

Ponto a ponto

Todos os bordados que você verá nas próximas páginas foram feitos por cooperativas do Sistema OCB. Eles mostram a visão de homens e mulheres que vivem da cooperação sobre o nosso movimento. As cooperativas participantes foram: Bordana (GO), Cooperativa das Bordadeiras de Caicó (RN), Cooperativa de Trabalho de Artesanato Amazonense, Manaus (AM) e Cooperativa Mista Agro-Artesanal de Juarez Távora (PB)

Por Lílian Beraldo e Guáira Flor

A Casa do Cooperativismo existe por você e para você! E para mostrar um pouco do que temos feito pelas cooperativas brasileiras, todos os anos divulgamos um Relatório de Atividades, com as principais conquistas e números do exercício. Este ano, decidimos dar mais vida a esses resultados. E a melhor maneira de fazer isso é contando as histórias de quem teve a vida impactada por uma ação do Sistema OCB.

A partir dos relatos que publicaremos nesta e nas próximas edições da Saber Cooperar, esperamos transformar nossos números em pessoas reais; nossos resultados em algo tangível para nossas cooperativas. O objetivo é um só: dar a cada um de vocês a certeza de que o cooperativismo brasileiro está sendo visto, ouvido e muito bem cuidado pelo Sistema OCB.

Energia para crescer

No interior do Rio Grande do Sul, no município de Teouônia, um pequeno grupo se uniu para levar energia a 150 pessoas que moravam na área rural da cidade. A usina criada por eles em 1956 foi o embrião do que hoje é a Certel, cooperativa de infraestrutura que atende a 70 mil associados em 48 municípios do estado. “Nossa primeira usina gerava energia até as 21h, dava três piscadas e o pessoal ia dormir”, lembra o hoje presidente da Certel, Erineo José Hennemann, sobre o início da empreitada.

De lá para cá, a cooperativa cresceu e se tornou grande provedora de soluções para as comunidades. Atualmente, conta com quatro usinas hidrelétricas e uma solar que geraram, em 2019, cerca de 8.300MWh por mês — o suficiente para fornecer energia elétrica para 62 milhões de pessoas, o equivalente a toda a população da Itália, durante igual período.

De olho no futuro, um novo empreendimento de geração de energia limpa já está a caminho (veja quadro). E ele contará com a segurança jurídica necessária para crescer, de forma sustentável, graças a uma atuação política estratégica do Sistema OCB.

Nos últimos anos, a Casa do Cooperativismo intensificou o diálogo e a aproximação do setor com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com isso, conseguimos padronizar os prazos de permissão e autorização de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para as cooperativas. Agora, nossas associadas têm concessão garantida por 30 anos, intervalo de tempo no qual é possível realizar um planejamento estruturante de longo prazo. A medida garante o acesso das cooperativas à subvenção nos casos de baixa carga — ação que diminui os riscos da atividade econômica e amplia o acesso dessas cooperativas ao crédito. Além disso, elas agora terão acesso a linhas de financiamentos com carência e prazos adequados à atividade.

“São muitos anos de trabalho árduo, e em 2019, obtivemos um grande avanço com a assinatura do contrato de permissão de 14 cooperativas, finalizando o processo de enquadramento iniciado em 2008. O contrato dá segurança jurídica para a cooperativa continuar a prestar serviços públicos de distribuição de energia com qualidade”, explica Clara Maffia, gerente técnica e econômica da OCB.

Tarifas mais baixas

Se antes de poder se planejar a longo prazo, a Certel já se destacava nacionalmente pela qualidade dos serviços prestados, imagine os resultados que ela poderá gerar nos próximos anos? Apenas para você ter ideia, em 2019, a cooperativa foi considerada a sétima melhor distribuidora de energia, entre as mais de 120 distribuidoras do país. A pesquisa foi feita pela Aneel a partir de entrevistas com usuários do sistema.

A honraria tem razão de ser. Afinal, a Certel oferece hoje a menor tarifa de energia elétrica do estado do Rio Grande do Sul — 30% menor que a das grandes distribuidoras.

Quer mais? A partir dos ganhos conquistados ao longo do ano passado, a cooperativa vai distribuir R\$ 10 milhões em bônus de energia aos seus associados, no período de maio a dezembro de 2020. Isso significa mais economia a todos os cooperados por meio de uma conta de energia mais barata.

“Quando se fala tanto em aumento de tarifas, a Certel está fazendo o contrário, está reduzindo a tarifa. É a missão do cooperativismo: ter o melhor serviço e uma tarifa menor do que o mercado.”

“QUANDO SE FALA TANTO EM AUMENTO DE TARIFAS, A CERTEL ESTÁ FAZENDO O CONTRÁRIO, ESTÁ REDUZINDO A TARIFA. É A MISSÃO DO COOPERATIVISMO: TER O MELHOR SERVIÇO E UMA TARIFA MENOR DO QUE O MERCADO.”

Ana Paula Rodrigues,
gerente jurídica da OCB

PROJETO ILUMINADO

A partir de uma ação de intercooperação inédita, a Certel lançou, em fevereiro deste ano, o projeto da Hidrelétrica Vale do Leite, que será construída no Rio Forqueta, entre os municípios de Pouso Novo e Coqueiro Baixo. Cerca de R\$ 45 milhões serão investidos a partir de financiamento do Sicredi de Teutônia, Sicredi de Lajeado, Sicredi de Encantado e Sicredi de Soledade. Isso mesmo! Quatro instituições cooperativas de crédito se uniram à Certel para bancar e levar essa obra para frente.

“Cada megawatt gerado nessa hidrelétrica vai substituir um megawatt de energia não renovável como é o caso do diesel ou fontes poluidoras. E para o estado do Rio Grande do Sul representa 1 megawatt a menos que o estado tem de comprar de outros estados”, disse Erineo José Hennemann, presidente da Certel, sobre o início da empreitada.

O executivo destaca que a nova usina vai gerar 6,4MWh — o suficiente para atender 20 mil pessoas por mês.

E os ganhos para a comunidade não param por aí. Além de mais energia disponível para todos, a Certel também se preocupa com a geração de renda local. Por isso, a usina será construída por técnicos da cooperativa. “Nossa cooperativa tem um corpo técnico especializado em construção de usinas. Com isso, conseguimos gerar emprego e renda para a região”, celebra Hennemann.

O prazo para finalização do empreendimento é de 18 meses. O presidente da Certel destaca, ainda, a importância de se gerar energia próximo às fontes de demanda, ou seja, perto de onde ela será consumida. “É importante porque dá confiança maior ao usuário/associado”, disse, destacando que a Certel tem uma rede de 4,5 mil quilômetros e 8 mil transformadores.

Nos próximos anos, a Certel vai continuar mantendo o foco de incremento na geração por meio de energias renováveis (a hídrica, a solar, a eólica, a biomassa) e próximo aos centros consumidores. “Isso reduz investimento em redes de transmissão porque fica próximo a quem precisa da energia”, conclui Hennemann.

Atualmente, a cooperativa conta com 500 colaboradores e 200 funcionários contratados por meio de empresas terceirizadas.

HIDRELÉTRICA VALE DO LEITE

161 metros
Comprimento da barragem

30 metros
Altura do vertedouro

52 toneladas
de concreto e

500 toneladas
de aço serão utilizadas para erguer a barragem.

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

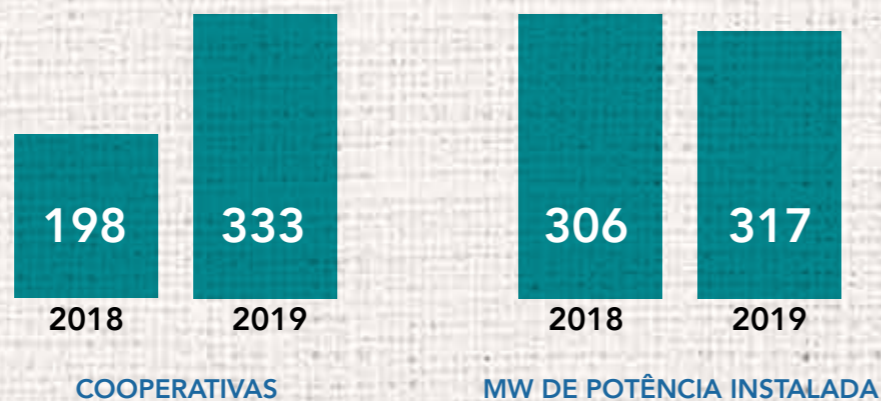
Em 2016, o cooperativismo brasileiro comemorou mais uma vitória importante, que contou com a participação direta da Casa do Cooperativismo. Naquele ano, entrou em vigor a **Resolução nº 687/2015**, que autorizou as cooperativas a produzirem energia fotovoltaica para consumo próprio. Com isso, cooperativas de todos os ramos puderam criar suas próprias usinas de energia solar para reduzir suas contas de energia, sendo que o excedente pode ser revertido em crédito para o abatimento em contas futuras.



“Acreditamos que as cooperativas brasileiras têm potencial para gerar sua própria energia, e que essa é uma oportunidade de diversificação econômica para o nosso movimento”, explica Clara Maffia, gerente técnica do Sistema OCB. Para divulgar esse pensamento junto à base, a OCB e suas unidades estaduais realizaram **11 workshops regionais** sobre o assunto, em parceria com a Confederação Alemã das Cooperativas (DGRV).

A Resolução nº 687/2015 da Aneel também permite que um grupo mínimo de 20 pessoas constitua uma cooperativa para produzir a própria energia, que será distribuída na forma de créditos em kWh na conta de luz entre os cooperados, em percentuais previamente aprovados por todos os cooperados.

Vale destacar: antes da publicação dessa resolução, apenas pessoas físicas estavam autorizadas a fazer essa geração, individualmente, para consumo próprio — regra prevista na **Resolução nº 482, de 2012, da Aneel**.



Base política forte

Mesmo distante de Brasília, no município de Maringá, no interior do Paraná, João Sadão sente que sua cooperativa está muito bem representada no coração do Poder. Gerente de cooperativismo da Cocamar — uma das maiores do Brasil, no ramo agropecuário — ele viu pleitos antigos do nosso setor serem atendidos pelo governo federal, em 2019. Entre eles, a ampliação da participação das cooperativas brasileiras no Programa Selo Combustível Social, do Ministério da Agricultura.



Após um longo trabalho de negociação, o Sistema OCB — apoiado pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) — convenceu o Ministério da Agricultura a ampliar o acesso das cooperativas ao programa **Selo Combustível Social**, com a publicação das **Portarias nº 144 e nº 174** de 2019.



Certificação criada em 2005 com dois objetivos:

1. *Fomentar a inclusão social e produtiva da agricultura familiar;*
2. *Estimular a produção de biocombustíveis no país — fonte de energia sustentável, que reduz a emissão de gases poluentes (CO₂) na atmosfera.*

Podem receber o selo as indústrias produtoras de biodiesel que comprovem a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar e ofereça — por conta própria ou em parceria com as cooperativas — serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), seguindo os parâmetros definidos pelo governo federal. Em contrapartida, essas indústrias têm reserva de 80% do mercado de biodiesel, além de redução de alguns impostos.

“Antes, se a cooperativa não tinha mais de 60% dos produtores de agricultura familiar, não poderia participar e se beneficiar do programa. Graças à atuação da OCB e da Frencoop, conseguimos fazer com que valesse a regra da proporcionalidade. Agora, se uma cooperativa tiver 30% de pequenos produtores com registro de DAP Física em seu quadro social, ela poderá participar com esses mesmos 30% de agricultores no programa **Selo Combustível Social**”, explica Sadão.

Com a publicação dessas portarias, estima-se que pelo menos 40 mil agricultores se tornem, por meio de suas cooperativas, fornecedores do programa. “Isso garante benefícios importantes para os produtores de agricultura familiar, como por exemplo: estímulos tributários, capacitação e assistência técnica”, destaca.

Sadão afirma sentir-se mais do que representado em Brasília, pela Frencoop e pelo Sistema OCB. “Nós nos sentimos como parte importante deste trabalho. Com uma linha de diálogo aberta e constante, somos comunicados das discussões em andamento, bem como levamos diversas demandas de interesse coletivo para a Frente, via OCB”, destaca.

Atualmente, a frente cooperativista congrega 51,1% dos congressistas dessa legislatura. São 268 deputados e 38 senadores de diferentes estados e partidos. O bloco atua de forma coesa e sinérgica, com total apoio da equipe de relações institucionais da OCB, que municia os parlamentares com análises setoriais, subsídios legais, dados e — o mais importante de tudo — com as demandas e os pleitos das cooperativas brasileiras de todo o Brasil.

“A Frencoop tem nos ajudado a sugerir políticas públicas que estimulem o fortalecimento do cooperativismo. Além disso, contamos com eles para tentar barrar projetos de leis conflitantes às cooperativas e aos seus cooperados. Por diversas vezes, conseguimos importantes conquistas para o setor, e isso, sem dúvidas, é a maior prova da relevância e eficácia deste valioso trabalho organizado”, defende o gestor da Cocamar.

Na linha de frente

O ex-deputado Odacir Zonta, presidente da Frencoop de 2004 a 2011, afirma que a presença desse bloco no Congresso Nacional trouxe o elo que faltava entre o cooperativismo e o Poder Legislativo.

“A partir da Constituição de 1988, quando foram conquistados muitos

avanços para o cooperativismo, como o próprio reconhecimento da entidade e do ato cooperativo, foi necessário ter uma ação solidária e efetiva de apoio do cooperativismo no Congresso Nacional”, relembra Zonta que, hoje, é vice-presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc).

Entre as muitas conquistas do Sistema OCB que contaram com o apoio da Frencoop, ele destaca a criação do Sistema S das cooperativas, o SESCOOP, e o fortalecimento do cooperativismo de crédito.

“Conseguimos, junto ao Banco Central, o reconhecimento do cooperativismo de crédito como parte do sistema financeiro. Depois, mais um avanço, foi a criação de uma diretoria voltada especificamente para o cooperativismo de crédito, com normas específicas e diferenciadas para o setor”, enumera.

Motivar os estados e as assembleias legislativas a ter frentes parlamentares do cooperativismo também foi uma conquista. Santa Catarina saiu na frente e foi o primeiro estado a instituir sua frente parlamentar, em 1997.

Zonta destaca ainda a criação da **Agenda Institucional do Cooperativismo**, a partir de 2004. “Foram muitas as conquistas nesse período graças a existência da Frente Parlamentar do Cooperativismo que, ligada a OCB, participa de todos os desafios”, completou.



Um “S” para chamar de nosso

Juntar noivo, irmã, sobrinho, vizinhos e amigos em uma sala de aula foi a forma que a mineira Suzana Durães de Faria, 37 anos, encontrou para desenvolver suas habilidades no quesito finanças.

Servidora da Câmara Municipal de Chapada Gaúcha (MG), a cooperada do Sicoob Credichapada se interessou pelo curso de Gestão de Finanças Pessoais (GFP), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), a partir do material distribuído àqueles que fazem os módulos de educação financeira. A qualidade do kit e das apostilas chamou a atenção de Suzana que decidiu: queria fazer a capacitação.

Mas, para isso, ela precisava reunir pelo menos 30 pessoas interessadas no tema e formar uma turma para conseguir que os multiplicadores fossem dar as aulas.

A vontade era tanta que, em pouco tempo, ela conseguiu reunir o suficiente para fechar duas turmas de pessoas que, como ela, queriam aprender novas formas de lidar com o próprio dinheiro.

Com duração de uma semana, a capacitação fez a diferença na vida financeira de Suzana. Ela conta que, três meses depois do curso, já tinha parado de comprar fiado, uma questão bastante cultural e comum na região. Além disso, conseguiu organizar as contas, pagar as dívidas e agora usa o cartão de crédito para controlar os gastos. “Aprendi a poupar e a comprar à vista. Se preciso parcelar, faço em, no máximo, três vezes no cartão, sem juros”, afirma a servidora.

Outra coisa importante que inspirou a servidora foi pensar no futuro e garantir um dinheirinho para quando a velhice bater à porta. “Uma coisa que eu nunca tinha pensado era em poupar para aposentadoria. E o curso me despertou isso”, afirma.

Na avaliação dela, o GFP é uma capacitação essencial para toda a comunidade. “É um curso muito importante para quem está iniciando a vida financeira. Na minha turma, as pessoas trabalhavam o dia inteiro e, mesmo assim, iam pra aula à noite, a semana toda. Estavam todos bem interessados”, garante.

Suzana é só elogios ao SESCOOP e à sua forma de garantir educação de qualidade para as comunidades em que as cooperativas estão instaladas.

“O SESCOOP é muito importante. A qualidade do material do GFP é fora de série. É importante levar informação e conhecimento sobre questão financeira. Ajuda muito a vida da gente. Falo por mim e pelas pessoas próximas que fizeram o curso”, garante.

Educação continuada

Há 20 anos, o SESCOOP acompanha de perto as cooperativas brasileiras para oferecer soluções para a sustentabilidade do negócio. E o desenvolvimento humano está no centro desse trabalho.

Para transformar os ideais cooperativistas em atitudes, a atua-

“O SESCOOP É MUITO IMPORTANTE. A QUALIDADE DO MATERIAL DO GFP* É FORA DE SÉRIE. É IMPORTANTE LEVAR INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE QUESTÃO FINANCEIRA. AJUDA MUITO A VIDA DA GENTE. FALO POR MIM E PELAS PESSOAS PRÓXIMAS QUE FIZERAM O CURSO.”

Suzana Durães de Faria,
servidora da Câmara Municipal de Chapada Gaúcha (MG)

*curso de Gestão de Finanças Pessoais (GFP)



ção do Sescoop é realizada em três áreas: monitoramento das cooperativas, formação profissional e promoção social dos cooperados e suas comunidades.

“As formações oferecidas pelo Sescoop foram fundamentais na minha carreira profissional”, afirma Arlita Zanini, 57 anos, supervisora de Gestão de Pessoas da Frimesa Cooperativa Central.

Ela já fez vários treinamentos pelo Sescoop, que trouxeram mais experiência e maturidade para gerir pessoas e processos, além de ajudar na rotina do trabalho. Arlita destaca o MBA Executivo em Gestão Estratégica de Pessoas e o Programa de Desenvolvimento Gerencial. Segundo ela, o curso ajudou a entender a importância do seu papel de líder e o compromisso de construir um ambiente de trabalho harmonioso e inspirador para os colaboradores, sem esquecer da produtividade e dos resultados para a cooperativa.



Orgulho Coop

“O cooperativismo faz muito pelo país, mas muita gente não sabe. A gente precisa fazer essa informação chegar a todo mundo para que o cooperativismo seja mais valorizado e tenha voz ativa em todas as decisões importantes para o país”.

A avaliação é de Aline Borges de Carvalho, 33 anos, coordenadora de marketing da Cooperativa Agropecuária de Machado (Coopama) — empreendimento mineiro que abraçou o movimento **SomosCoop** e, hoje, estampa o orgulho de pertencer a essa grande família por meio de seus produtos. Desde novembro de 2019, os pacotes de café da marca são impressos com o selo SomosCoop.

Para Aline, o SomosCoop fortaleceu e deu mais visibilidade à marca, agregando valor ao café dos pequenos produtores da Coopama. “Quando surgiu o movimento nós ficamos muito felizes. Quisemos mesmo abraçar a causa, porque a gente sabe o quanto o cooperativismo precisa ser mais valorizado.”

A cooperada Neuza Garcia Vieira, 70 anos, concorda e destaca: o selo reconhece não só a qualidade, mas o compromisso social dos produtos cooperativistas. “O SomosCoop valoriza nossos produtos e engrandece a cooperativa”, afirma.

Cooperativista há mais de 30 anos, Neusa tomou a frente dos negócios e assumiu a pequena propriedade em que planta café após a morte do marido. “A cooperativa fortaleceu os meus negócios e continua me fortalecendo. A Coopama faz parte da minha vida profissional, como agricultora, promove o meu desenvolvimento com palestras, dias de campo e capacitações. É um orgulho fazer parte do cooperativismo”, destacou.

Lançado em 2018, o movimento SomosCoop quer mostrar a força e a capacidade transformadora do cooperativismo. Comprometidas com as comunidades em que se localizam, as cooperativas modificam as realidades gerando trabalho, renda, dignidade e felicidade em todos os cantos do país.

Outro intuito do SomosCoop é despertar a consciência das pessoas envolvidas com o cooperativismo e gerar orgulho naqueles que abraçam a causa. Afinal, o cooperativismo quer transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. E fazer parte dessa cadeia é um motivo e tanto para ter orgulho.

Agregar valor

Atualmente, 70% dos 2.645 cooperados da Coopama são pequenos produtores. Cerca de 2 mil deles produzem café.

Depois de adquirir o café em grãos dos cooperados, a Coopama fica responsável pela torra, moagem, empacotamento e padronização do produto. Atualmente, a cooperativa comercializa pacotes de café torrado, moído e cápsulas. Tudo isso com a qualidade que só o cooperativismo tem.

“A gente buscou levar essa ‘marca’ [SomosCoop] junto com os nossos produtos justamente para mostrar a importância que o cooperativismo tem”, destacou Aline.

A venda do café com o selo do SomosCoop ainda está restrita aos pontos de venda da Coopama nas cidades de Machado, Alfenas, Elói Mendes, Poço Fundo e Turvolândia, todas no Sul de Minas. Mas o intuito é chegar às prateleiras dos supermercados de todo o estado até o final de 2020.



“A GENTE BUSCOU LEVAR ESSA ‘MARCA’ [SOMOSCOOP] JUNTO COM OS NOSSOS PRODUTOS JUSTAMENTE PARA MOSTRAR A IMPORTÂNCIA QUE O COOPERATIVISMO TEM.”

Aline Borges de Carvalho,
coordenadora de marketing da Cooperativa Agropecuária de Machado (Coopama)

Para este ano, a Coopama ainda pretende começar a apostar no mercado de cafés especiais, personalizando ainda mais o produto. Para isso, a cooperativa está estruturando um departamento específico para agregar mais valor ao produto e também ao cooperado. A primeira ação de visibilidade comercial deve ocorrer em novembro.

“Em abril, vamos começar a conscientizar os produtores. O intuito é montar um projeto-piloto com 20 a 30 produtores que têm as melhores qualidades de café”, destaca Aline afirmando que todo café passa por uma análise sensorial para determinar os padrões e a classificações da bebida.

“Vamos nos reunir com produtores para saber se eles têm interesse de participar do projeto porque terão de fazer uma série de adequações nas fazendas”, afirmou. Em novembro a Coopama pretende promover um concurso de cafés especiais. Com isso, quer chamar o mercado comprador (cafeterias e torrefações) e fazer um leilão.

Para a coordenadora de marketing, além de ser um grande motor de crescimento do país, o cooperativismo é uma paixão. “Quanto mais a gente conhece, mais a gente fica apaixonado e é movido pelo cooperativismo”, avalia Aline que está há 8 anos na Coopama.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é o organismo máximo do cooperativismo mundial e tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. Ela possui quatro sedes continentais na América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica.

Uma das principais ações da ACI é voltada à promoção de intercâmbios de melhores práticas cooperativistas realizadas em todo o mundo. Hoje, a instituição congrega cerca de 300 organizações de representação de mais de 109 países.

Criada em 1895, em Londres, a ACI se constituiu como uma associação não governamental e independente. Em 1946, a ACI foi uma das primeiras ONGs a ter uma cadeira no Conselho das Nações Unidas (ONU).

Do Brasil para o mundo

Fazer a diferença onde a gente está. Essa máxima do cooperativismo é ainda mais tangível dada a capilaridade da nossa força de trabalho. Em um mundo globalizado como o nosso, também é importante fazer a diferença em nível global e regional. E é por isso que, desde 1988, a OCB faz parte da **Aliança Cooperativa Internacional (ACI)**.

Foi a partir daí que o cooperativismo brasileiro passou a acompanhar eventos internacionais, trocar experiências e participar da definição de diretrizes do cooperativismo mundo afora.

Representante das cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços na ACI Américas — braço regional da ACI —, Margaret Cunha afirma que a presença em organismos internacionais é essencial para o crescimento do cooperativismo Brasil afora. “É fundamental para nós. O país, dadas as dimensões continentais, tem um peso muito grande economicamente e politicamente. Estar dentro desse contexto [de organismos internacionais] é fazer parte de decisões importantes que se apresentam no mundo inteiro”, defende.

Para ela, essa representação internacional é importante para que o Sistema OCB marque posições dentro de um organismo e um contexto mundial onde se decidem as normas políticas e institucionais.

“Quanto mais nos unirmos e olharmos para dentro de nós, mais estaremos nos fortalecendo. No Brasil, nós temos a OCB, que coordena todos os estados, as cooperativas, centrais, confederações e federações. É um sistema. E ele tem de estar sempre bem posicionado para que a gente possa fazer parte das decisões. Para conseguir levar os nossos anseios e necessidades mostrar para o mercado o quanto o cooperativismo é importante e fundamental”, destaca.

Segundo ela, há diversos encontros internacionais, videoconferências e canais na internet onde representantes do cooperativismo se comunicam constantemente e observam o movimento cooperativo em cada país. É o momento de analisar cenários, ver o que outros países estão fazendo e tentar aprimorar o que é feito internamente. O último encontro presencial, realizado na Costa Rica, no fim de 2019, discutiu temas como economia, câmbio, sustentabilidade das cooperativas e intercooperação.

O Brasil participa ainda do conselho da organização. Desde 2018, o país é um dos 15 integrantes do conselho de administração da ACI que se reúne em Bruxelas, na Bélgica. O conselheiro brasileiro é o presidente do Sistema OCB em Mato Grosso, Onofre Cezário Filho.



“NO BRASIL, NÓS TEMOS A OCB, QUE COORDENA TODOS OS ESTADOS, AS COOPERATIVAS, CENTRAIS, CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES. É UM SISTEMA. E ELE TEM DE ESTAR SEMPRE BEM POSICIONADO PARA QUE A GENTE POSSA FAZER PARTE DAS DECISÕES.”

Margaret Cunha,
representante das cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços na ACI Américas

Pioneirismo verde-amarelo

Dentro da ACI, o Brasil é referência em termos de normas e legislação na área de cooperativas de trabalho. E, por isso, vários países procuram saber quais passos foram dados aqui para conseguirem fortalecer e fazer leis semelhantes, se adequando às especificidades de cada nação.

A partir da aprovação da Lei nº 12.690/2012, que impôs regras específicas para o setor, Margaret avalia que houve uma mudança de mentalidade sobre essas cooperativas.

“Houve um reconhecimento e uma mudança de comportamento em relação às cooperativas de trabalho. Elas foram estigmatizadas por muitos anos, mas não era um retrato verdadeiro do que acontecia em todo o mundo cooperativo”, lembra a associada da Cooperativa de trabalho, produção e comercialização dos trabalhadores das vilas de Porto Alegre (Cootravipa).

A nova lei liberou a participação de cooperativas de trabalho em licitações públicas — um ganho enorme para o cooperativismo que pôde mostrar a importância de sua força de trabalho.

Segundo ela, foram mais de oito anos de intenso trabalho junto ao Congresso Nacional para que a lei que assegura direitos e deveres perante o associado fosse aprovada.

A norma traz o mínimo que a cooperativa deve dar de benefícios aos seus associados. Em parte, esse regulamento se assemelha ao que as empresas em geral fazem, mas também traz diferenciais como um seguro específico que garante ao trabalhador que adoeça uma diária a ser recebida mensalmente para ficar em casa e cuidar da saúde.

“Esse movimento, feito e liderado pelo Brasil, mudou a visão frente as cooperativas. Muitas tiveram de se adequar já que a lei veio para regrad posicionamentos”, relembra.

“PODEMOS MOSTRAR PARA A SOCIEDADE O QUANTO NÓS SOMOS ESSENCIAIS DENTRO DE NOSSAS ATIVIDADES E DO NOSSO TRABALHO.”

Margaret Cunha,
representante das cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços na ACI Américas

*Crescer em
tempos de
crise*

Na avaliação de Margaret, a participação em fóruns internacionais também serve para mostrar ao mundo que o cooperativismo é organizado e que cresce, cada vez mais, em tempos de crise.

“Quando iniciou todo o movimento dessa crise de coronavírus, eu disse: aí vão estar as cooperativas fazendo a diferença. Na parte médica, na parte de transporte, de limpeza, na parte de cuidar dos doentes e de fazer as prevenções. Temos uma infraestrutura que nos dá suporte para ter internet na área urbana e rural. Nós temos os nossos supermercados cooperativos que vão ser abastecidos pelas cooperativas. Nós vamos ter a parte de crédito. As pessoas estão ficando em casa, muitos vão ser demitidos e muitos vão precisar de apoio, de capital de giro, de financiamentos, renegociação de dívidas. Tudo isso o cooperativismo pode ajudar. O cooperativismo faz parte dessa sociedade”, enumerou Margaret.

“Podemos mostrar para a sociedade o quanto nós somos essenciais dentro de nossas atividades e do nosso trabalho”, concluiu. ■





A COLABORAÇÃO ENTRE PESSOAS E PAÍSES É O ÚNICO CAMINHO POSSÍVEL PARA DETER O AVANÇO DA COVID-19. CIENTE DISSO, O COOPERATIVISMO ESTÁ SE ORGANIZANDO PARA APOIAR AS PESSOAS E ABRIR NOVOS CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Por Alessandro Mendes

Nunca se falou tanto em cooperação quanto agora, na pandemia mundial de coronavírus. Para tentar conter a expansão da doença e minimizar os impactos socioeconômicos causados pela redução das atividades durante a quarentena, pessoas, organizações, negócios e países estão trabalhando juntos. E quem melhor para buscar soluções por meio da cooperação do que quem tem a palavra cooperar como razão de ser?

Pelo país, são diversos os projetos realizados por cooperativas para tentar minimizar os efeitos do coronavírus. O Sistema OCB vem atuando em duas frentes principais e uma delas é exatamente auxiliar cooperativas a inovar e a buscar parcerias entre si. A outra frente é a ação proativa com representantes dos poderes Executivo e Legislativo para garantir que cooperados e cooperativas possam passar pela atual crise. Até o momento, 25 de 67 pleitos feitos à OCB e pelas cooperativas aos Três Poderes foram atendidos.

“Neste momento, é muito importante que as cooperativas busquem parcerias e adotem estratégias mais condizentes com o momento atual”, afirma a gerente geral da Organização das Cooperativas Brasileiras, Tânia Zanella. “Muito do trabalho que for desenvolvido agora pode dar origem a novos mercados, produtos e serviços, que ajudarão as cooperativas a serem mais fortes e mais sustentáveis no futuro”, destaca.

Tânia conta que o Sistema OCB está desenvolvendo um portal para que cooperativas possam divulgar seus produtos e serviços, de modo a serem vistos por outras cooperativas. A busca poderá ser feita por produto, área de abrangência e estado. O site já está no ar, no endereço cooperabrasil.coop.br.

Localizada em Belo Horizonte (MG), a Cooperativa dos Transportadores de Cargas e Passageiros (Coopmetro) vem se beneficiando de parcerias para manter a produtividade. Composta até fevereiro apenas por caminhoneiros, a cooperativa enxergou na crise um novo público-alvo. Com a forte queda no transporte de passageiros devido ao isolamento social, taxistas estão passando a fazer entregas de produtos comprados de forma virtual.

“Iniciamos um projeto-piloto que propõe ocupar a lacuna de tempo ocioso do taxista com pequenas entregas. Começamos em Brasília, como oito profissionais, e em Belo Horizonte, com seis, e brevemente ampliaremos para Salvador e Fortaleza”, informa o diretor da Coopmetro e presidente da Fertranscoop-MG, Evaldo Matos.

“Com esse projeto, o taxista tem um complemento de renda, diversifica seu portfólio de serviços e amplia sua base de conhecimentos para outros mercados, gerando perspectivas positivas para seu negócio”, aponta Matos. “Esta pandemia mudou nossa vida e nos obriga a olhar para as diversas questões com novas lentes.”

Cooperação

É REMÉDIO EFICAZ CONTRA O CORONAVÍRUS



Passo a passo para inovar

O Sistema OCB também está produzindo documentos com informações simples e acessíveis para as cooperativas interessadas em inovar. Serão abordados temas como *e-commerce*, entrega em domicílio, teleatendimento, **marketing digital** em momentos de crise, cursos e **aulas on-line** e a realização de Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) virtuais.

“É durante as crises que as empresas costumam se reinventar e inovar”, observa Tânia. “Com um passo a passo detalhado, acessível, a cooperativa se sente mais confiante para buscar algum tipo de inovação no mercado”.

Especializada em Tecnologia da Informação, a Coopersystem, de Brasília (DF), deu um importante passo na busca pela inovação. Com a impossibilidade de se realizar, devido à quarentena, sua Assembleia Geral Ordinária de forma presencial, a instituição desenvolveu uma ferramenta,

batizada de Cúria, para que a reunião pudesse ocorrer *on-line*.

“Fizemos a convocação para a AGO presencial antes do isolamento social. E assim que sabemos que seria permitida a realização da assembleia virtual, mantivemos a data e aceleramos a criação do software, que estava sendo desenvolvido desde o início do ano”, conta o consultor de Relacionamento e Negócios da Coopersystem, Hugo Pimentel Felinto.

Segundo o consultor, a reunião virtual foi um sucesso. “Participaram 219 cooperados, além de colaboradores que entram como ouvintes ou para fazer alguma apresentação. O índice de satisfação foi altíssimo”, afirma Felinto. “E para que ninguém tivesse dificuldade no dia, realizamos duas pré-assembleias, nas quais os cooperados puderam tirar dúvidas em relação ao uso do sistema”.

O software Cúria, informa Felinto, poderá ser utilizado gratuitamente em 2020 por qualquer cooperativa. “É a nossa forma de contribuição neste momento de pandemia”, declara o consultor. Interessados em acessar a ferramenta devem preencher um formulário de solicitação disponível no link <http://curia.coop/>.

Em Porto Velho (RO), a Cooperativa de Profissionais em Educação (Cooped) também precisou buscar nova estratégia para não interromper as atividades durante a quarentena. Desde 23 de março, a cooperativa vem utilizando uma ferramenta de ensino a distância, cedida pelo Sistema Positivo de Ensino, além de plataforma on-line para atividades e avaliações.

“Nós já vínhamos utilizando o WhatsApp, com excelente resultado, para estreitar laços com os familiares dos alunos”, conta o diretor presidente da Cooped, Fabrício José Pacheco dos Santos. “E com essa situação da Covid-19, vimos que investir na modalidade a distância era a alternativa para manter as nossas atividades. O sistema tem funcionado muito bem e o mais bacana é que, diariamente, os pais recebem um feedback sobre o desempenho de seus filhos e filhas”, ressalta.

Trabalho junto ao governo e a parlamentares

Para garantir que cooperados e cooperativas atravessem a atual crise com maior tranquilidade, o Sistema OCB intensificou seu trabalho de junto a parlamentares e representantes do Poder Executivo. Até 30 de abril, 67 pleitos foram apresentados pelo cooperativismo, dos quais 25 já foram atendidos pelo governo federal ou pelo Congresso Nacional (**veja a lista completa**).

“Temos recebido diversos pleitos das cooperativas e estamos trabalhando junto ao governo e ao Congresso para que eles sejam atendidos na medida do possível”, destaca a gerente de relações institucionais do Sistema OCB, Fabíola Motta. “Também estamos utilizando diversos materiais de divulgação para que os cooperados possam conhecer as decisões que os beneficiam.”

Fabíola cita como exemplos posts nas redes sociais, vídeos explicativos, eventos *on-line* e **análises política e econômica** sobre os impactos da crise do coronavírus.

Entre as principais demandas do cooperativismo já contempladas está o adiamento do prazo para a realização das AGOs. Publicada em 30 de março, a Medida Provisória (MPV) nº 931/2020 possibilitou que as assembleias possam ocorrer em até sete meses após o término do exercício social. A MPV também permitiu as AGOs virtuais como a realizada pela Coopersystem, de Brasília.

Outro pleito atendido, que contou com participação ativa do Sistema OCB e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), foi a inclusão de caminhoneiros e prestadores de serviços essenciais na lista prioritária para vacinação contra



a gripe (influenza). “Esta era uma demanda forte das cooperativas de transporte”, conta Fabíola.

A criação de linhas de crédito para financiamento de folha de pagamentos de pequenas e médias empresas, a serem operacionalizadas por cooperativas de crédito, é outra demanda atendida, desta vez pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também merece destaque, aponta Fabíola, a prorrogação do prazo de pagamentos de tributos federais, como INSS folha, FGTS, IRPJ, CSLL e Funnrural.

Um pleito ainda não plenamente atendido que preocupa o cooperativismo é a inclusão dos cooperados entre os beneficiados pela renda básica emergencial de R\$ 600 concedida pelo governo federal. Ainda há uma insegurança jurídica se os cooperados foram beneficiados. Mas o PL nº 873/2020, aprovado no dia 22 de abril pelo Congresso, contempla nosso setor, graças a uma emenda do deputado Arnaldo Jardim, a pedido da OCB. Agora estamos aguardando a sanção do presidente Jair Bolsonaro”, informa Fabíola.



“SEMPRE FICOU CLARO QUE UMA INSTITUIÇÃO COMO A NOSSA DEVERIA TER ALGUMA AÇÃO DE ENFRENTAMENTO E NÃO FICAR ACHANDO QUE A OBRIGAÇÃO É INTEIRA DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS. A RESPONSABILIDADE É DE TODOS.”

Caio Vianna,
presidente da CCGL

Responsabilidade de todos

A pandemia de coronavírus tem provocado ações solidárias de diversas cooperativas pelo Brasil. Uma delas é a Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL), com sede nas cidades de Rio Grande e Cruz Alta (RS). A instituição doou R\$ 150 mil em respiradores e materiais de proteção individual, como máscaras, a três hospitais da região — São Vicente de Paula, em Cruz Alta, e a Santa Casa e o Hospital Universitário da Furg, em Rio Grande. Também houve o repasse de R\$ 100 mil em leite em pó (ou seis toneladas), que farão parte de cerca de 6 mil cestas básicas a serem distribuídas a moradores das duas cidades em que atua.

“Nós tínhamos duas preocupações. Uma era como enfrentar a doença, dar estrutura para o atendimento hospitalar. E a outra era que a paralisação da economia, do comércio, poderia causar desemprego, dificuldade de as famílias terem recursos para suas necessidades básicas”, afirma o presidente da CCGL, Caio Vianna. “Sempre ficou claro que uma instituição como a nossa deveria ter alguma ação de enfrentamento e não ficar achando que a obrigação é inteira dos governos federal, estaduais e municipais. A responsabilidade é de todos”, destaca.

As cooperativas gaúchas, inclusive, têm sido bastante atuantes em ações para minimizar os efeitos da crise do coronavírus. Além da CCGL, várias outras realizaram ações solidárias. A Cresol, de Erechim, doou R\$ 30 mil para entidades de saúde da região adquirirem testes para detecção da Covid-19 e suprimentos de proteção. Já a

Coasa repassou R\$ 144 mil a cinco hospitais do estado. Os recursos serão usados para compra de alimentos de agricultores familiares e também de equipamentos de proteção individual. E o Sicredi Zona Sul RS destinou todos os recursos do Fundo Social de 2020, um total de R\$ 301 mil, às secretarias de Saúde dos municípios de sua área de atuação.

“Aqui no Rio Grande do Sul, temos inúmeras situações onde as cooperativas estão na vanguarda das iniciativas de responsabilidade social em suas comunidades. Cooperativas dos mais diversos ramos de atividades estão liderando ações de combate à pandemia e, ainda, ações para amenizar as dificuldades daqueles que estão sendo atingidos pelos desdobramentos dessa enorme crise, que é mundial”, comenta o presidente do Sistema Ocergs, Vergílio Perius. “Estamos em consonância com o que a ONU declarou em 2012, que as cooperativas constroem um mundo melhor. E elas fazem isso todos os dias, estando presentes e participando social e economicamente das comunidades onde estão inseridas”, reforça.

Na Paraíba, a Cooperativa Agroindustrial de Piabuçu (Frutiaçu), da cidade de Rio Tinto, doou 560 quilos de mamões para hospitais e entidades beneficentes da capital João Pessoa. “Por conta da pandemia, muitas feiras livres foram canceladas e alguns programas do governo, a exemplo do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), estão parados. A cooperativa está passando por momento de dificuldades de vendas dos produtos e, por isso, resolveu doar produtos que iriam se perder”, conta o cooperado Alex Magno.

Em Maringá (PR), a Cocamar Cooperativa Industrial repassou 13 mil

litros de álcool 70%, produzido em seu parque industrial, a hospitais, empresas de transporte público e entidades da cidade e cerca de 2 mil máscaras-respiradores a hospitais e ao Corpo de Bombeiros. Produtora de fios têxteis, a cooperativa também está fabricando, em parceria com a Unicesumar e a indústria de confecções Recco, fronhas e lençóis para hospitais de Maringá, Sarandi e Londrina.

“Momentos difíceis como este servem para unir as pessoas. Tenho a certeza que isso nos tornará mais fortes. A Cocamar está prestando sua contribuição, para que hospitais e entidades consigam continuar cuidando das famílias mais necessitadas e possam atravessar esse momento com mais tranquilidade e reduzir, de alguma forma, os riscos de contaminação”, comenta o presidente executivo da Cocamar, Divanir Higino. ■



Corrente do bem

Uma boa maneira de apoiar quem mais precisa é doando dinheiro e/ou equipamentos de saúde para os governos federal, estaduais e municipais, além de entidades privadas focadas no combate à Covid-19. Para ajudar, basta escanear o QR Code a seguir e escolher a melhor forma de participar dessa corrente do bem:



O que se disse sobre cooperação em tempos de pandemia

"Desta vez, nos unimos a todas as nações do mundo em um esforço comum, usando os grandes avanços da ciência e nossa compaixão instintiva para curar. Teremos sucesso — e esse sucesso pertencerá a todos nós."

Rainha Elizabeth II



"Muitas pessoas culpam a epidemia de coronavírus pela globalização e dizem que a única maneira de evitar mais surtos desse tipo é 'desglobalizar' o mundo. Exatamente o oposto. O verdadeiro antídoto para a epidemia não é a segregação, mas a cooperação."

Yuval Noah Harari, autor de Sapiens, Homo Deus e 21 Lições para o Século XXI



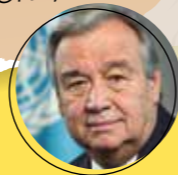
"A cooperação internacional é uma das principais ferramentas para se enfrentar os efeitos da pandemia; e nenhum país por si só poderá garantir a alimentação da sua população."

Julio Berdegue, representante da FAO para a América Latina



"A gestão desta crise apresenta-se também como uma oportunidade única. Feita corretamente, poderemos apostar numa recuperação que trilhe um caminho mais sustentável e inclusivo. Apelo a todos os líderes mundiais que se unam e disponibilizem uma resposta urgente e coordenada."

António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)



"Deve ficar claríssimo que a integração e a cooperação internacional são a melhor resposta para crises globais."

Roberto Azevêdo, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)



"A única forma que vamos sair dessa situação é todos juntos, reforçando a cooperação."

Ignacio Ybáñez, embaixador da União Europeia no Brasil



Crise EM 2020

POR ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas

Os números da safra de grãos que estamos colhendo em 2020 são animadores: um volume de 249 milhões de toneladas — ou 3,10% a mais que a safra do ano passado, que já foi recorde. A área plantada cresceu 1,2% — nem um terço do crescimento da produção —, ou seja, aumentou a produtividade por hectare plantado. E isso significa que os produtores rurais brasileiros continuam a incorporar novas tecnologias, ano após ano.

O caso da soja é exemplar. Vamos colher algo em torno de 125 milhões de toneladas (10,4% acima da colheita de 2019), enquanto a área semeada cresceu só um quarto disso, 2,6%! E não é só nesses grãos que colhemos bons frutos. Os cafeicultores devem colher 57 milhões de sacas, ou 22,3% mais do que no ano passado. Claro que

aqui tem a influência da bianualidade das colheitas, mas o aumento é muito sólido.

Ora, as cooperativas tiveram — e sempre terão — papel preponderante no processo de inovações, por uma razão doutrinária evidente: elas oferecem aos seus cooperados os insumos realmente indicados para cada região e cultura, sem se preocuparem com o lucro que obterão com essas vendas. O resultado traduz-se em menor custo de produção e maior produtividade para o produtor. Este é o papel das cooperativas: são um instrumento para a melhor sustentabilidade e competitividade de seus associados. Portanto, elas já cumpriram parte considerável de sua missão até aqui, neste 2020.

Agora, no entanto, surge um fator de desequilíbrio nos mercados: o novo coronavírus. Provavelmente haverá um esfriamento da economia, dadas as medidas adotadas em todos os países afetados pelo vírus, do fechamento de logradouros públicos (restaurantes e bares, cinemas, teatros, academias e estádios), ao cancelamento de con-

gressos, seminários, espetáculos e demais eventos de aglomerações, à suspensão de aulas em todo tipo de instituições de ensino, ao colapso de muitas empresas de serviços, e assim por diante. Tudo isso vai produzir desemprego, queda de renda; haverá redução do consumo das famílias e os preços poderão cair.

As cooperativas, mais do que nunca, precisarão estar atentas a isso para mitigar os efeitos perversos na renda dos cooperados. Terão que financiar estoques porque, quando a crise passar, as coisas voltarão ao normal, e é preciso sobreviver até lá. Mas não fica só nisso.

As cooperativas financeiras devem criar modelos de crédito para ajudar, tanto na cidade quanto no campo, àquelas pessoas físicas e jurídicas que ficarem "sem ar" durante a permanência da pandemia. Já as cooperativas médicas, sem a menor dúvida, terão uma responsabilidade enorme nessa guerra pela vida. Não nos esqueçamos de que é nas grandes crises que o cooperativismo se agiganta. Estamos entrando em uma crise enorme! ■





Ilustração: Kleber Sales

NOSSAS CONQUISTAS SÃO BORDADAS POR MUITAS MÃOS



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Conheça um pouco do que a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) fez por você e por todo o cooperativismo em 2019. Nosso Relatório de Gestão mostra — ponto a ponto — o impacto do nosso trabalho na vida de 14,6 milhões de brasileiros que vivem da cooperação. A publicação já está disponível para download e foi 100% ilustrada com bordados produzidos por cooperativas associadas ao Sistema OCB.

Baixe agora



@sistemaocb | f | t | i | v

somoscooperativismo.coop.br

SOU.COOP

Venha fazer parte de um cooperativismo mais forte!

VAMOS JUNTOS CONSTRUIR O MAIOR BANCO DE DADOS CADASTRAIS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO.

Precisamos entender a realidade das cooperativas, para desenvolver as melhores soluções e estratégias e divulgar cada vez mais o setor.

É MUITO FÁCIL PARTICIPAR:

acesse a plataforma SOU.COOP e mantenha o cadastro da sua cooperativa sempre atualizado.



www.sou.coop.br

somoscoop



SistemaOCB



sistemaocb